

RAQUEL BRANDÃO COELHO MARTINS DE ARAUJO

A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA COMO UM DOS FATORES
ENVOLVIDOS NA GÊNESE DA PSICOSE: UM ESTUDO DE
CASO

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

2008

RAQUEL BRANDÃO COELHO MARTINS DE ARAUJO

A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA COMO UM DOS FATORES
ENVOLVIDOS NA GÊNESE DA PSICOSE: UM ESTUDO DE
CASO

Trabalho de conclusão de curso como exigência
parcial para graduação no curso de Psicologia,
sob orientação do Prof. Hemir Barião

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

2008

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai (e meu herói!), Sinval Martins de Araujo, por ter me ensinado e mostrado a importância de estudar, por estar ao meu lado, me dando suporte sempre e por ser o meu maior exemplo de humanidade, força e dedicação.

À minha mãe, Gleda Brandão Coelho Martins de Araujo, por ter me ensinado a pensar, a questionar e a me interessar pela beleza enigmática do ser humano; enfim, por seu meu modelo identificatório, graças a quem estou me graduando em Psicologia.

Aos meus irmãos queridos: Caio, por ter suportado todos os meus momentos de crise durante a vida, em especial durante a graduação, e por ser parte constituinte da minha história, tão presente em minha vida, tanto no meu dia-a-dia quanto em quase todas as minhas lembranças e memórias. E Túlio, meu presente, responsável por muitos brilhos em meu olhar, quem me ensinou a cuidar e a vivenciar o prazer e a dor de se querer tão bem a alguém.

Ao meu avô, Bartolomeu Coelho, quem me transmitiu o “J” na veia (piada interna da família), sem o qual eu nunca teria chegado aqui.

A Youssef Ali Younes, por ser tão especial em minha vida, por acreditar em mim, por me fazer sentir tão querida e feliz e por sua compreensão, apoio, carinho e amor, os quais me deram muita força para atravessar essa reta final.

Às minhas tias Solange, Sueli, Regina, Gorette e aos meus tios Joaquim e Cláudio, fontes de tanto afeto e carinho e indicações de que eu sempre posso ser uma pessoa melhor.

A Hemir Barição, orientador deste trabalho, por ter me ensinado novos e olhares e concepções dentro da Psicanálise, possibilitando a construção de um trabalho que me faz um sentido capaz de transcender a teoria e por ter sido tão sensível, me ajudando em momentos de angústia e de vontade de desistir.

À Sandra Pavone, minha professora e supervisora querida, por me ensinar a ter um olhar clínico, contribuindo tanto para a minha compreensão do caso aqui apresentado.

À Maria Elizabeth de Moraes, por ter aceitado vestir todas as máscaras que eu precisei que ela vestisse.

A Oswaldo di Loreto, por me ter me concedido uma entrevista (na verdade uma aula), à Maria Aparecida Nicoletti, a David e Ruth Levisky pelas dicas e contribuições para a realização do trabalho e a Yusaku e Sônia Soussumi por estarem contribuindo não só para minha formação profissional, como para minha formação para a vida.

À DERDIC pela colaboração, havendo permitido a utilização do caso clínico lá atendido.

RAQUEL ARAUJO - *A influência da família como um dos fatores envolvidos na gênese da psicose: um estudo de caso*, 2008.

Orientador: Prof. Hemir Barição

Área de conhecimento: 7.07.00.00-1 – Psicologia

Palavras-chave: psicose – família – psicanálise

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a compreender a influência da família como um dos fatores envolvidos na instauração da psicose por meio de uma pesquisa teórica e pelo estudo de um caso clínico.

A pesquisa teórica, embasada em autores psicanalíticos, começará pela definição de psicose, e entendendo-a como uma 'neurose narcísica', com fundamentação em Freud e em alguns de seus seguidores, como Jean Bergeret. Passar-se-á, depois, para a compreensão do papel do narcisismo na constituição do eu e a predominância desse na psicose, ainda com base em Freud e em outros autores psicanalistas para, então, poder-se chegar à família do paciente psicótico, sob as concepções de Alberto Eiguer e Piera Aulagnier.

O estudo de caso constituir-se-á pelo relato do caso clínico de um menino de dois anos e meio de idade, que apresenta características psicóticas. Esse caso pode ser entendido às luzes da teoria sobre a qual refletir-se-á aqui e, simultaneamente, confere vivacidade a essa teoria.

SUMÁRIO

Introdução.....	07
Metodologia.....	15
I – Definindo psicose.....	17
II – O papel do narcisismo no fenômeno psicótico.....	21
III – Psicose e família.....	27
1. A família do paciente psicótico.....	27
2. O discurso sobre o desejo parental e a função do eu na psicose.....	35
3. Esquizofrenia e paranóia: um desejo de retorno?.....	40
IV – Caso clínico.....	53
Discussão e considerações finais.....	59
Referências bibliográficas.....	65

INTRODUÇÃO

A psicose, tema controverso e complexo, sempre me despertou muito interesse, que aumentou depois de um estágio de A.T. (acompanhamento terapêutico), por meio do qual me aproximei do mundo psicótico e, assim, pude ter uma contato maior com essa realidade.

A fim de mostrar a complexidade do tema, listo algumas concepções sobre o conceito de psicose:

O que é uma psicose? É difícil dizer e fazer uma definição. (...) psicose é um espectro que tem dois pólos: o pólo da despersonalização e o pólo da desrealização. Toda psicose é formada por um conjunto de alterações do conhecimento do indivíduo do próprio eu e do conhecimento do indivíduo do mundo em que ele se encontra. Psicose é a alteração entre o eu e o mundo exterior (...) (LOPES, 2001).

Fundamentalmente, é numa perturbação primária da relação libidinal com a realidade que a teoria psicanalítica vê o denominador comum das psicoses, onde a maioria dos sintomas manifestos (particularmente construção delirante) são tentativas secundárias de restauração do laço objetal. (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001:390).

Assim, se me pedissem para fazer em poucas palavras uma generalização válida das psicoses, eu diria que os grupos mais importantes correspondem a defesas contra as principais fases de desenvolvimento do sadismo. (KLEIN, 1996:265).

Os transtornos esquizofrênicos se caracterizam em geral por distorções fundamentais e características do pensamento e da percepção, e por afetos inapropriados ou embotados. Usualmente mantém-se clara a consciência e a capacidade intelectual, embora certos déficits cognitivos possam evoluir no curso do tempo. Os fenômenos psicopatológicos mais importantes incluem o eco do pensamento, a imposição ou o roubo do pensamento, a divulgação do pensamento, a percepção delirante, idéias delirantes de controle, de influência ou de passividade, vozes alucinatórias que comentam ou discutem com o paciente na terceira

pessoa, transtornos do pensamento e sintomas negativos. (DIRETORES DE CENTROS COLABORADORES DA OMS - 1989)¹.

A partir desses trechos pode-se ver como a própria conceituação do tema mostra-se controversa. A psicose aparece definida desde como uma alteração da relação entre o indivíduo e o mundo até como distorção do pensamento e da percepção. Se se pensar em como ela se desenvolve no indivíduo, têm-se ainda mais discrepâncias de opiniões: para alguns, a psicose é apenas genética – Lopes discorre em uma palestra, ministrada na Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, em 1988 a respeito de um estudo realizado na Dinamarca sobre a adoção de filhos de esquizofrênicos, no qual se verificou que, se um filho de esquizofrênico fosse colocado em uma família normal ou numa família em que havia esquizofrenia, ele poderia tornar-se um esquizofrênico de qualquer maneira; tal estudo sugere, então, um fator hereditário. Enquanto, para outros, a psicose origina-se exclusivamente da relação do indivíduo com o ambiente, atestado por Lacan, para quem a psicose é resultado da forclusão do nome do pai, como afirma Aulagnier (1979).

Lopes postula que se sabe que para haver esquizofrenia talvez seja necessário um elemento genético, mas não se pode ainda afirmar isso com certeza. Diz também não se poder sustentar a exclusividade dos fatores ambientais na gênese da psicose, apesar de estes terem influências naquela. *“Na realidade, não sabemos realmente quais são os fatores que são diretamente envolvidos na gênese da esquizofrenia. É possível que seja uma constelação de fatores”* (LOPES, 2001).

O CID- 10² confirma a posição desse autor:

Embora muitas evidências sugiram a importância de fatores genéticos na etiologia da Esquizofrenia, a existência de uma taxa substancial de discordância em gêmeos monozigóticos também indica a importância de fatores ambientais (DIRETORES DE CENTROS COLABORADORES DA OMS - 1989)

Ao observar as manifestações do jovem de vinte e dois anos acompanhado por mim, comecei a perceber, por meio de seus sintomas, um pedido por uma relação não vivida com a mãe que, segundo o pai do paciente, havia ido embora de casa, abandonando o filho enquanto ele ainda era muito pequeno. O pai, apesar de prover todas as necessidades do filho, o fazia de maneira mecânica, sem demonstrar qualquer envolvimento afetivo com ele.

6615/12/200810:46:45_____

¹ Organização Mundial de Saúde.

² Classificação Internacional de Doenças – Décima Revisão.

Além dessa complicada dinâmica familiar do paciente, nas supervisões do estágio (em grupo) pude perceber que a grande maioria dos casos denunciava uma dinâmica familiar bastante conturbada.

Comecei a me questionar, então, sobre como se origina a psicose. Pelo que pude observar no estágio, a dinâmica familiar tem uma grande influência no processo de construção da psicose, podendo constituir-se um dentre a constelação de fatores (LOPES, 2001) implicados na gênese desse transtorno. É exatamente essa dinâmica que será investigada neste trabalho, propondo que o modo de funcionar da família do psicótico constitui-se um dos componentes da gênese da psicose.

Felizmente, há grandes pensadores, embasados na Psicanálise, que se interessaram por este tema, estudando-o e discorrendo sobre ele. As idéias desses pensadores nortearão este trabalho para comprovar a hipótese de que a estrutura familiar é um dos componentes da gênese da psicose. Gregory Bateson, seus companheiros da Escola de Palo Alto e Ronald Laing introduziram a idéia de que a psicose encontra-se profundamente relacionada à dinâmica familiar, mas suas teorizações a respeito do tema mostram-se insuficientes para abarcar o tema como um todo, como se verá adiante. A fim de ter uma visão mais completa do tema, recorrer-se-á também a Freud, a Luis Hornstein, a Piera Aulagnier, a Oswaldo di Loreto e a Alberto Eiguer, entre alguns outros autores.

Bateson e Laing, pioneiros da antipsiquiatria, movimento político radical de contestação do saber psiquiátrico (ROUDINESCO, 1998:25) argumentavam que se faz necessário prestar mais atenção às influências nocivas que a sociedade e a família exercem sobre o doente. De acordo com Laing, em sua obra *Saúde mental, loucura e família* (1964), as causas da esquizofrenia encontram-se nas relações familiares deterioradas.

Desenvolve-se, então, o conceito do duplo vínculo, o vínculo esquizofrenizante – “(...) *situación en la que una persona, haga lo que hiciere, ‘no puede ganar’ y se señalan las condiciones necesarias para su aparición*”³ (BATESON, JACKSON e WEAKLAND, 1980:19). Dessa forma, um indivíduo aprisionado numa situação de duplo vínculo nunca pode responder ao interlocutor de modo satisfatório, pois as mensagens emitidas por este último são paradoxais, uma anula o alcance psicológico da outra, uma mensagem torna a outra falsa e verdadeira ao mesmo tempo. Para esses autores, esse é o tipo de comunicação

6615/12/200810:46:45

³ “(...) situação na qual uma pessoa, faça o que fizer, ‘não pode ganhar’ e se assinalam as condições necessárias para sua aparição”. – tradução livre.

predominante na relação vivenciada entre o pré-psicótico e sua mãe (ou cuidador principal), constituindo-se a psicose um resultado da interação ou da dinâmica familiar.

Tal relação estabelece-se com a criança porque a mãe não pode aceitar seus sentimentos de ansiedade e ódio despertados pelo filho (devido a vários motivos: ou porque esse filho nasceu no dia da morte da mãe dela, ou porque ela não queria ter engravidado, ou porque esse filho a remete a questões internas com as quais não consegue lidar, entre outros), encobrendo tais sentimentos com uma conduta amorosa artificial. Diante do comportamento da mãe, o filho fica paralisado: se responde à conduta hostil da mãe, demonstrando a percepção da artificialidade do comportamento dela, é castigado porque ela não consegue admitir que sente raiva dele (sem mencionar a dor que a constatação de tal sentimento em relação a si próprio gera nele também); se responde à conduta amorosa, sendo afetuoso com a mãe, ela não suportará os sentimentos hostis gerados pela proximidade, castigando-o mais uma vez. Bateson, Jackson e Weakland (1980) definem essa mãe como *mãe esquizofrenizante*.

Como exemplo da situação apresentada, os autores ilustram a seguinte cena: uma mãe, que começa a irritar-se com a presença do filho e vê-se obrigada a se distanciar dele, diz: “Vá deitar-se, está cansado e precisa dormir”. Tal manifestação aparentemente afetuosa tem a finalidade de negar um sentimento passível de ser verbalizado. Ela poderia dizer: “Sai da minha frente porque estou cansada de você!”. Se o filho discriminar corretamente o significado latente da mensagem da mãe, terá que encarar o fato de que ela não o ama e que, ao mesmo tempo, engana-o com sua conduta afetuosa. Seria doloroso demais diferenciar os dois tipos de mensagens. Portanto, aceita a idéia de que está cansado em vez de reconhecer o engano da mãe – engana-se a si mesmo no tocante ao seu próprio estado interno para apoiar a mãe no engano dela.

De acordo com os estudiosos de Palo Alto, há somente três possíveis saídas para a complexa situação de duplo vínculo:

1. O indivíduo pode supor que, por trás de cada afirmação, há uma ameaça oculta ao seu bem-estar, preocupando-se demasiadamente com os significados ocultos e, assim, tentando provar que não é possível enganá-lo, como ocorreu no decorrer de toda sua vida. Ele buscará significados por trás de tudo que é dito a ele, apresentando uma conduta desconfiada e desafiadora. Torna-se um paranóide.
2. O indivíduo pode aceitar tudo o que lhe é dito. Quando o tom ou o gesto do interlocutor contradizem o que foi dito, pode-se estabelecer um padrão de achar graça de sinais metacomunicativos, recusando-se a discriminar diferentes níveis de

mensagens, de modo a tratar todas as mensagens como triviais ou engraçadas. Ansiosamente, tenta responder a todas elas, caracterizando-se por um hebefrênico.

3. O indivíduo pode ignorar todas as mensagens, vendo e ouvindo cada vez menos o que se passa ao seu redor e fazendo o possível para evitar respostas por parte do meio. Desinteressa-se, então, do mundo externo e passa a se concentrar em seu mundo interno, causando a impressão de retraimento e mutismo; fica catatônico.

Enquanto um grupo da Escola de Palo Alto valoriza o papel da comunicação na relação mãe-filho, outros como Lidz, Cornelison, Fleck, Carlson, pertencentes à mesma escola, apontam que a debilidade egóica do psicótico pode estar relacionada com a identificação com as imagens desvalorizadas derivadas do menosprezo que um progenitor sente pelo outro. Para eles, tal debilidade também pode dizer respeito à introjeção pelo filho da recusa parental no processo de identificação com um progenitor e com a introjeção da debilidade parental (observada na impossibilidade da mãe em assumir seus sentimentos em relação ao filho, tornando-se este indispensável à sua própria realização). Dessa maneira, a família do psicótico pode oferecer modelos contraditórios para a identificação, impossíveis de se integrar.

Apesar de esses autores haverem contribuído bastante para uma compreensão da psicose enquanto uma maneira encontrada pelo indivíduo de lidar com o mundo externo, valorizando o papel da família no desenvolvimento de sua doença, as formulações dos psiquiatras de Palo Alto mostram-se insuficientes para se discutir o que se refere à família na gênese da psicose. Além da maioria dos teóricos da referida escola se ater muito à relação mãe-filho, esquecendo-se do pai e/ou de outros membros da família, dão uma importância crucial à linguagem e à comunicação, mas descartam as determinações inconscientes camufladas nestas, como observa Maud Mannoni. A autora faz a seguinte crítica: *“Essa atenção voltada para a palavra dos pais passou a ser o centro dos principais trabalhos americanos; mas, à falta de competência lingüística, as pesquisas aí se encontram analisadas segundo dados empíricos, o que limita de saída a sua perspectiva”* (MANNONI,1971:188). Não se aborda a problemática inconsciente em momento algum, o que nos proporciona nada além de uma compreensão superficial e ingênua de um fenômeno complexo já desde sua definição.

Para Costa (2001), a complexa relação entre o pré-psicótico e sua mãe, permeada pelo duplo vínculo, é um dos eixos nos quais se baseia o processo de subjetivação dos indivíduos envolvidos, engendrando a rede de relações familiares e *“a subjetividade*

psicótica (leia-se forma de funcionar pessoal e relacionalmente) é condicionada pelo sentido que a interação familiar lhe atribui.” (COSTA, 2001:130).

Baseado em Benoit, o autor argumenta que, apesar de o processo de evolução da família dar-se de modo natural, os contravalores aparecem invariavelmente. Os filhos opõem-se à ideologia familiar, contrato entre as identidades pessoais e as ideologias das famílias de ambos os pais:

O mediador pode passar a ser então o portador de contravalores familiares; mas também, impregnado deles, pode se ver reduzido a vivê-los como conduta pessoal. Fica assim embocado para a exclusão, cuja forma mais corrente é a aberração mental, passagem para o mundo do não-sentido e da psiquiatria. À medida que a angústia individual ou coletiva, as tensões relacionais e os sintomas aumentam, o círculo vicioso da exclusão se acirra. Faz-se acompanhar de uma separação objetivada pelo tratamento psiquiátrico, pela hospitalização, inclusive pela coação para a internação e por uma pseudo-rejeição relacional por parte da família. (...) Contudo o mediador é excluído em virtude de alguns distúrbios comportamentais cujos contravalores são os mesmos da família... dos avós (BENOIT *apud* COSTA, 2001:130).

Nesse sentido, o psicótico funciona como o depositário de todo o conteúdo latente nas relações da família, os quais ela teme ver em si mesma, projetando-os, então, no psicótico. A concepção de Costa, embora se aprofunde mais na problemática inconsciente, entendendo o psicótico como um sintoma da doença familiar, ainda não dá conta da questão porque fala em ideologias, contratos, tensões relacionais, mas não as especifica no contexto da família do psicótico.

Pode-se encontrar uma especificidade maior, que, apesar de mais específica, amplia o entendimento do tema, na visão de Alberto Eiguer (1985) para quem a família do psicótico organiza-se a partir de uma escolha objetal narcisista. Para os pais dessas famílias, seus filhos não podem existir fora do âmbito do desejo deles; eles não toleram o fato de seus filhos serem diferentes deles, reprimindo qualquer inovação vinda por parte daqueles, sempre na expectativa de que o espelho relacional lhes devolva suas próprias imagens (espelho narcísico):

Trata-se de uma relação objetal narcísica. (...) Na relação objetal narcísica, mais particular às famílias de pacientes psicóticos, tem-se necessidade do outro para nele se refletir como num espelho. O indivíduo sem o outro, isto não é possível; com um outro móvel, mutável, também não é possível. O outro deve permanecer, estar lá,

mas passivo, “transparente”, sem volume, deve ser apenas um objeto para o sujeito e nada mais (EIGUER, 1985:86).

De acordo com o autor, esse tipo de vinculação favorece um meio familiar marcado simultaneamente por momentos de estranheza e de grandiosidade ilusória e por fantasmas de auto-engendramento e de interpenetração.

Nessa mesma linha, Piera Aulagnier (1979) afirma que ao terem um filho, os pais do psicótico desejam um retorno à posição narcísica vivenciada com a mãe nos primórdios da existência e não dar vida a um novo ser. Assim, ignorarão todas as atitudes do filho que demonstrem que ele é um ser diferente deles e não um retorno a eles mesmos no início de suas vidas, impondo-lhe um enunciado estranho à criança por dizer respeito a eles e não a ela. Para não precisar aceitar um enunciado falso, ficando em face de uma história que não é sua e que, portanto, não dá sentido a sua existência, e para não recusar o enunciado imposto pelos pais, ficando diante de uma vivência indizível, a criança inventa uma teoria a respeito de si e interpreta o enunciado dos pais, fazendo-o coincidir com sua teoria. Essa teoria, denominada por Aulagnier de *pensamento delirante primário*, pode ficar enquistada na psique, permitindo ao indivíduo uma vida aparentemente normal e conforme o discurso das demais pessoas, ou pode invadir o espaço psíquico, desembocando em sintomas psicóticos.

No caso da paranóia, Aulagnier postula que esse desejo de retorno dos pais, um desejo de morte em relação ao *infans*, manifesta-se como um desejo de morte em relação ao cônjuge, gerando muito ódio no casal, capaz de dilacerar a psique da criança.

Como Aulagnier, Di Loreto (2004) atribui grande importância à relação do casal parental no tocante à formação da psique do filho. Para o autor, mais psicotizante que o vínculo entre mãe e filho é o vínculo entre pai e mãe, afirmando que a relação dos pais enquanto casal antecipa seus papéis de pai e mãe e a qualidade dessa relação será transposta à maneira como se relacionarão com seus filhos, que podem ser altamente prejudicados pelos afetos que circulam no vínculo homem-mulher de seus pais.

Conforme Di Loreto, o ódio entre o casal pode ser maior que o amor pelos filhos, levando-os a tomar determinadas atitudes com os filhos que, na verdade, não estão destinadas a eles, mas ao parceiro ou parceira. Dessa forma, os pais não olham para o filho de fato, respeitando sua individualidade, preocupam-se sim com os ataques ao cônjuge.

Essa desconsideração pelo filho enquanto indivíduo gera um efeito de despersonalização, já que, para o autor, ser confirmado define-se pela primeira condição para se constituir sujeito.

Ao observar as diferentes opiniões sobre como a psicose desenvolve-se na família, percebe-se que da atribuição do motivo da psicose à relação mãe-filho progride-se para entender a influência da relação do casal na psique do filho, podendo-se, então, obter a compreensão do fenômeno psicótico num contexto familiar, a qual o presente trabalho propõe aprofundar-se pela leitura dos autores citados e pelo estudo de um caso clínico, que pode ser melhor compreendido com base na teoria sobre a qual refletir-se-á aqui e, ao mesmo tempo dá vida a essa teoria.

O objetivo geral do trabalho constitui-se, então, compreender a influência da família como um dos fatores envolvidos na instauração da psicose pelo estudo de um caso clínico, por meio de objetivos específicos: realizar um estudo de teóricos em psicanálise que contribuíram para a temática apontada, levantar algumas características do interjogo familiar e suas conseqüências na constituição do eu.

METODOLOGIA

A partir das afirmações de Lopes e do CID-10 de que a psicose possui uma origem proveniente tanto de fatores genéticos quanto ambientais, focar-se-á no presente trabalho o segundo grupo de fatores envolvidos na gênese, mais especificamente no tocante à dinâmica familiar. Para tanto, será realizada uma pesquisa teórica em produções de autores psicanalistas e, em seguida, será feito um estudo de caso, já que, de acordo com Mezan (1993), a pesquisa em Psicanálise parte do singular, buscando dar luz às determinações dessa singularidade, para, então, apreender a dimensão universal nela contida.

Foi ao se embasar na observação e interpretação da atividade mental humana que Freud pôde criar a Psicanálise, como postula Minerbo (2003) ao afirmar: “*Freud descobre o que descobre interpretando*”. Deve-se acrescentar que não apenas interpretando, mas também associando as apreensões do fenômeno observado a conhecimentos prévios, que podem ser advindos de outras ciências, como ensinou o mestre em 1915, em seu texto “Os instintos e suas vicissitudes”.

É exatamente isso que fazem os autores aqui pesquisados: partem de sua fundamentação teórica psicanalítica, de suas outras áreas de conhecimento e de suas experiências clínicas. Em outras palavras, usam o conhecimento obtido até aqui para pensar seus casos clínicos e, a partir dessa combinação, chegam a novos resultados, a novos conhecimentos, a novas contribuições à Psicanálise. Em “Uma breve descrição da Psicanálise” (1923), Freud diz que se os aspectos mais gerais da vida mental inconsciente fazem-se presentes em todas as relações humanas, pode-se esperar que a aplicação da Psicanálise às esferas da atividade mental humana alcançará resultados importantes e até então inatingíveis.

Verifica-se, assim, que, em Psicanálise, o conhecimento só pode ser adquirido por meio da combinação entre teoria e experiência clínica. Nas palavras de Freud:

Na psicanálise tem existido desde o início um laço inseparável entre cura e pesquisa. O conhecimento trouxe êxito terapêutico. Era impossível tratar um paciente sem aprender algo de novo; foi impossível conseguir nova percepção sem perceber seus resultados benéficos. Nosso método analítico é o único em que essa preciosa conjunção é assegurada. É somente pela execução do nosso trabalho pastoral analítico que podemos aprofundar nossa compreensão que desponta da mente humana. Essa perspectiva de ganho científico tem sido a feição mais orgulhosa e feliz do trabalho analítico (FREUD, 1927).

Assim, o presente trabalho não se contenta em apenas estudar a teoria, mas também pensá-la por meio de um estudo de caso, a “fórmula” da pesquisa psicanáltica. Para se seguir esse caminho, serão dados os seguintes passos:

Primeiramente, definir-se-á psicose com base em Sigmund Freud e Jean Bergeret, que, a partir do primeiro, a entende enquanto uma estrutura na qual o narcisismo possui um papel predominante.

No capítulo seguinte, discutir-se-á, então, narcisismo a fim de se compreender seu papel na constituição do eu e sua predominância no ego do psicótico. Tal conceito será definido, partindo de Freud e de alguns seguidores, como Luís Hornstein.

Em seguida, ver-se-á a descrição da família do paciente psicótico feita por Alberto Eiguer e após, a compreensão de Piera Aulagnier sobre a mesma família, enfatizando a função do eu e o desejo parental como condições necessárias à eclosão da psicose. A visão de Aulagnier será complementada pela de Oswaldo di Loreto, que pensa de forma semelhante à autora.

Para se pensar os achados teóricos, vendo na prática o que diz a pesquisa teórica, relatar-se-á um caso clínico em que se pode observar os traços da família do psicótico, descritos por Eiguer e as condições necessárias para o desenvolvimento da psicose propostas por Aulagnier.

I - Definindo psicose

Diversas concepções a respeito de psicose foram abordadas por diferentes autores. Aqui, estudar-se-á o tema a partir da compreensão de Freud e seus seguidores por se encaixar melhor e fazer mais sentido dentro do que o presente trabalho propõe-se a discutir.

Freud afirma, em 1914, no texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” que, na psicose, constata-se uma retirada da libido do mundo externo, fenômeno também encontrado nas neuroses graves, porém, com a diferença de que nessas há uma substituição dos objetos externos na fantasia. Devido a essa ausência de substituição no primeiro caso, o autor denominou as psicoses de ‘neuroses narcísicas’. Em 1923, ao diferenciar neurose de psicose e desenvolvendo seu pensamento de 1914, Freud postulou: *“A neurose é o resultado de um conflito entre o ego e o id, ao passo que a psicose é o desfecho análogo de um distúrbio semelhante nas relações entre o ego e o mundo externo”* (FREUD, 1976:189).

Apesar da diferença entre as duas, segundo Freud, ambas possuem a mesma etiologia: uma frustração, uma não realização de um desejo de infância, profundamente enraizado e nunca vencido. Frustração sempre oriunda do mundo externo, podendo proceder de um agente interno que representa as exigências da realidade, dependendo o efeito patogênico do papel que o ego desempenhará numa tensão conflitual: permanecer fiel à sua dependência do mundo externo e tentar silenciar o id, no caso da neurose, ou se deixar derrotar pelo id e ser arrancado da realidade, desembocando numa psicose.

No segundo caso, a frustração parece intolerável ao ego, que se dissocia, rendendo-se ao id e à psicose. Logo, esse ego perde a capacidade comum à grande maioria das pessoas de ser governado por percepções atuais e renováveis do mundo externo e de armazenar lembranças e percepções anteriores desse mesmo mundo, responsáveis por construir no indivíduo um ‘mundo interno’, que se torna parte constituinte de seu ego. O eu do psicótico não aceita essas percepções, passando a ignorar também o mundo interno formado a partir dos registros do mundo externo. As catexias retiradas pelo ego dos objetos externos são, então, investidas na criação de um novo mundo tanto externo quanto interno, que obedece aos impulsos desejosos do id.

A criação de um novo mundo caracteriza-se pela forma encontrada pelo psicótico de reparar a quebra de sua relação com a realidade, que tanto o frustrou. O neurótico grave

também sofre grandes frustrações por parte da realidade e seu ego se rebela contra esse fato, como afirma Freud em 1924 no texto “A perda da realidade na neurose e na psicose”:

Tanto a neurose quanto a psicose são, pois, expressão de uma rebelião por parte do id contra o mundo externo, de sua indisposição - ou, caso preferirem, de sua incapacidade - a adaptar-se às exigências da realidade (...) Por conseguinte, (...) a neurose não repudia a realidade, apenas a ignora; a psicose a repudia e tenta substituí-la (FREUD, 1976:231).

Bergeret depreende, então, que os principais mecanismos de defesa do psicótico constituem-se pela projeção, pela negação da realidade e pela clivagem do ego, geradores e presentes nos fenômenos de despersonalização, desdobramento da personalidade e desrealização encontrados na manifestação psicótica, cuja estrutura é definida por ele da seguinte forma:

A estrutura psicótica corresponde a uma falência da organização narcísica primária dos primeiros instantes da vida. É uma impossibilidade para a criança ser considerada como objeto distinto da ‘mãe sujeito’, personalidade, ela mesma, incompleta, não podendo conceber separar-se dessa parte indispensável ao seu próprio ego. E isso produz-se, seguramente, com a cumplicidade mais ou menos ativa do pai (...). Essa relação mais ou menos fusional com a mãe, segundo as variedades de psicose, encontrar-se-á a seguir, incessantemente repetida no plano interpessoal; uma verdadeira relação objetal não é empreendível sob o modo genital (BERGERET, 1991:72)

De acordo com esse mesmo autor, observa-se no psicótico um enfraquecimento da atividade de sintetizar fatos da realidade – em casos extremos, ocorre a abolição da referida atividade – e uma linguagem caracterizada por um investimento apenas parcial da realidade, por um grau de inadequação do desejo em relação aos objetos, por uma dissociação entre representação e afeto e por palavras consideradas estranhas e vazias.

Essa caracterização da linguagem deve-se à tentativa do processo primário de se livrar do desprazer vivenciado na realidade, levando o funcionamento mental a sair do controle dessa para tender à alucinação das materializações dos desejos. Aí, portanto, situa-se a linguagem, no contexto da ação, manifestando-se inicialmente como suporte das pulsões agressivas. Nesse sentido, percebe-se que o psicótico no plano relacional não ‘pensa’ e nem ‘fala’ no sentido habitual dos termos, lidando com as palavras como se fossem coisas e não representações, numa dialética em que o objeto não se encontra nitidamente separado do sujeito.

As principais formas de psicose estudadas pela psicanálise são a esquizofrenia, a paranóia e a melancolia. Não se levará em conta essa última aqui porque apesar de sua autenticidade psicótica (foi considerada por Freud uma neurose narcísica em 1923), a estrutura melancólica, no que se refere a sua etiologia, ocupa um lugar à parte na classificação estrutural do modo psicótico, na concepção de Bergeret.

Considera-se a estrutura esquizofrênica a mais regressiva dentre as estruturas psicóticas, tanto do ponto de vista da evolução libidinal, quanto do desenvolvimento do ego. Ocorre uma regressão narcisista massiva nessa estruturação, de modo que o funcionamento mental do esquizofrênico obedece à lógica do processo primário, caracterizando-se pelos mecanismos de deslocamento, condensação e simbolização. A estrutura esquizofrênica corresponde, então, a uma organização egóica fixada a uma economia pré-genital de dominância oral e auto-erótica, o que explica o desapego e a estranheza dos sentimentos constatados no esquizofrênico, cujo ego encontra-se preso a aspectos arcaicos de um universo fantasmático, exuberante e profundamente regredido.

Dentre as estruturas autenticamente psicóticas, a paranóia ocupa uma posição menos regressiva no plano da evolução libidinal. Corresponde a uma organização psicótica do ego fixada a uma economia pré-genital de preponderância anal, sobretudo do primeiro substágio anal, constituindo-se um retraimento diante do fracasso na integração dos aportes do segundo substágio anal.

Bergeret entende a paranóia embasado em Freud e apresenta as três etapas sucessivas descritas pelo último para demonstrar a forma pela qual o mecanismo paranóico trata a pulsão libidinal para chegar ao sentimento de perseguição:

1. Negação do afeto e reversão da pulsão ⇒ o ego transforma o “é a ele que eu amo” em “não, eu não o amo, eu o odeio”.
2. A projeção passa a agir em conjunto a um retorno do objeto ⇒ o ego transforma o “eu o odeio” em “é ele que me odeia”.
3. Esse sentimento torna-se consciente e é tratado como uma percepção externa que motiva a posição afetiva definitiva: “uma vez que ele me odeia, eu o odeio”.

Bergeret considera a projeção e um duplo retorno da pulsão do eu à pulsão do objeto como os principais mecanismos de defesa do paranóico. Recamier, citado por Bergeret, faz uma ressalva a essa afirmação, assinalando que a projeção no mecanismo da estrutura paranóica caracteriza-se por uma projeção peculiar, precedida por uma negação da

realidade e acompanhada por uma anulação retroativa. A projeção assegurava ao indivíduo acerca daquilo que projeta e a sua própria existência. O acaso, a surpresa e o imprevisto não são admitidos no universo estrutural paranóico, pois ele se crê acima da lógica e da lei, não admitindo, ainda, nada que mostre independência do objeto em relação ao sujeito; tolera o objeto apenas como um instrumento à disposição do sujeito.

Como consequência da fixação do paranóico no primeiro subestágio anal, ele se relaciona com o mundo segundo uma lógica sado-masoquista, o que leva a uma perversão de tal relação e do pensamento, devido à erotização proveniente dessa lógica. O eu do paranóico apresenta, ainda, um sistema 'linear' de pensamento, utilizando uma só idéia de cada vez, apegando-se a ela com firmeza e obstinação, característica irritante ao interlocutor.

A partir do que foi exposto, pode-se afirmar que nos quadros psicóticos há uma considerável regressão narcisista, remetendo a uma correlação intrínseca entre psicose e narcisismo. Componente essencial das psicoses, não se pode deixar de se falar em narcisismo ao se pensar em psicose. Portanto, no próximo capítulo, definir-se-á narcisismo, compreendendo seu papel na constituição do eu, para depois se entender seu papel no fenômeno psicótico.

II - O papel do narcisismo no fenômeno psicótico

Abordar-se-á o tema narcisismo aqui sob a ótica do pai da psicanálise, que considera a análise das parafrenias o principal meio de acesso ao narcisismo.

Em seu texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1914), Freud utiliza-se da definição de Paul Näcke para conceituar narcisismo: “(...) *atitude de uma pessoa que trata seu próprio corpo da mesma forma pela qual um objeto sexual é comumente tratado*” (FREUD, 1976:89), colocando que o narcisismo desenvolvido até esse grau equivaleria a uma perversão, a partir da qual pôde pesquisar e estudar narcisismo.

Embasado em seus estudos e observações, Freud passa a ver o narcisismo sob diversos ângulos: uma fase do desenvolvimento humano, essencial para a constituição do eu; uma retirada da libido do mundo externo e retração dessa libido sobre o ego; “(...) *um ponto de fixação da psicose*” (HORNSTEIN, 1989:152); um tipo de identificação... entre outras acepções. No presente trabalho, limitar-se-á à temática do narcisismo no tocante à constituição do eu e à psicose, a partir da qual Freud começa a se perguntar sobre como o eu se constitui, pois para compreender a fragmentação do ego constatada na psicose, deve-se identificar o que falhou na constituição do ego ou onde falhou essa constituição. “(...) *a demência precoce e a paranóia nos fornecerão uma compreensão interna (insight) da psicologia do ego*” (FREUD, 1976:78).

Em 1911, Freud fala pela primeira vez sobre o narcisismo como parte do desenvolvimento sexual humano, caracterizando-se como um estágio deste, necessário à autopreservação. Consolida essa idéia em 1914, quando distingue narcisismo primário de narcisismo secundário, passando a entender o narcisismo como uma etapa do desenvolvimento do eu e das relações objetais, na qual “(...) *se investe o eu como objeto, e esse investimento é imprescindível para sua constituição*” (HORNSTEIN, 1989:154) e não apenas para a autopreservação, como se acreditava em 1911.

A diferenciação entre narcisismo primário e secundário foi possibilitada pelo estudo da parafrenia – demência precoce para Kraepelin e esquizofrenia para Bleuler – em contraste com a histeria e a neurose obsessiva. Na primeira, Freud constatou megalomania e desvio do interesse do mundo externo como características essenciais. No entanto, observara o mesmo desvio de interesse do mundo externo nos histéricos e neuróticos obsessivos em crise, mas pôde perceber que aqui as relações eróticas com os objetos não são cortadas, porém substituídas por relações com objetos na fantasia; há uma introversão

da libido, ao passo que na parafrenia ocorre uma retirada da libido do mundo externo, sem substituição dos objetos na fantasia. Essa libido afastada do mundo passa a se dirigir para o ego, ocasionando uma atitude narcísica, a megalomania, considerada por Freud “(...) *a ampliação e manifestação mais clara de uma condição que já existia previamente*” (FREUD, 1976:91), o narcisismo primário: “(...) *um estado precoce em que a criança investe toda sua libido em si mesma*” (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001:290), vivenciando o seu corpo e o corpo da mãe como um só corpo e o todo. Em relação ao narcisismo secundário, Freud o compreende como tendo sido gerado pelo desvio das catexias objetais, por estar superposto a um narcisismo já existente, como se o narcisismo secundário estivesse em busca da posição narcísica vivenciada nos primórdios da vida. Dessa forma, o narcisismo secundário constitui-se o retorno do investimento dos objetos, transformado em investimento egóico.

Mas como surge o narcisismo primário?

De acordo com Freud, ao narcisismo primário precede-se uma fase de auto-erotismo, à qual se deve adicionar uma nova ação psíquica para se passar ao narcisismo:

(...) posso ressaltar que estamos destinados a supor que uma unidade comparável ao ego não pode existir no indivíduo desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido. Os instintos auto-eróticos, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao auto-erotismo – uma nova ação psíquica – a fim de provocar o narcisismo (FREUD, 1976,93).

Para Sílvia Halperin, Freud quis dizer com tal colocação que o sujeito necessita ter uma representação unificada de si mesmo para passar ao narcisismo, representação inexistente no auto-erotismo. É a primeira representação unificada de si, diz Freud em 1923, é a imagem corporal: “*O ego é, antes de tudo, um ego corporal*” (FREUD 1976) e a partir daí faz-se possível a diferenciação entre dentro e fora, permitindo a continuidade dos intercâmbios psicológicos.

Mesmo concebendo a imagem corporal como a primeira representação do ego, Freud não fala em sua obra sobre como se daria a passagem do auto-erotismo para a primeira representação de si para, então, adentrar a porta de entrada ao narcisismo. Halperin aponta que Lacan tenta preencher essa lacuna da obra freudiana descrevendo a fase do espelho na qual a constituição do eu se dá pela relação com outro humano:

O que se reconhece no espelho é a forma do outro humano. A própria imagem, como imagem humana, do semelhante, tem um efeito transformador. É assim que, para Lacan, a fase do espelho deve ser entendida como uma identificação, no sentido psicanalítico, isto é,

como a “transformação que se produz em um sujeito quando este assume uma imagem” (HALPERIN, 1989:164)

Halperin explica que, para Lacan, a satisfação do bebê ao reconhecer sua imagem no espelho diz respeito à constatação de sua completude, ao contrário de sua sensação de ser fragmentado. Por meio dessa constatação de que é completo, pela visualização e reconhecimento de sua imagem no espelho, o ego do bebê antecipa-se a uma unidade ainda não pertencente a ele e, por isso, ideal.

Não apenas a imagem no espelho, mas também os desejos e fantasias da mãe em relação ao bebê antecipam uma unidade e identidade que este ainda não possui. Piera Aulagnier (1979) nomeia tais desejos e fantasias de ‘enunciados identificatórios’, tão ou mais importantes que a imagem, pois, depois de constituído o primeiro suporte egóico, a palavra significa e ressignifica a imagem; os enunciados postulados por aquele de quem se depende afetivamente tornam-se imagens identificatórias, pontua Halperin.

Assim, o narcisismo primário nasce também do narcisismo dos pais, como se pode observar em Freud:

Se prestarmos atenção à atitude de pais afetuosos para com os filhos, temos de reconhecer que ela é uma revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo, que de há muito abandonaram. (...) Assim eles se acham sob a compulsão de atribuir todas as perfeições ao filho – o que uma observação sóbria não permitiria – e de ocultar e esquecer todas as deficiências dele. (...) A criança (...) será mais uma vez realmente o centro e o âmago da criação – ‘Sua Majestade o Bebê’. (FREUD, 1976:107-108)

Desse modo, o bebê entra na vida dos pais como uma reatualização do narcisismo primário desses, como um eu ideal que num passado longínquo eles foram para seus pais: *“O narcisismo primário representa, de certa forma, uma espécie de onipotência que se cria no encontro entre o narcisismo nascente do bebê e o narcisismo renascente dos pais”* (POULICHET, 1989:49).

Então, a criança sai do auto-erotismo, passando ao narcisismo primário pelo reconhecimento de si mesma no outro e pela identificação com os enunciados identificatórios postulados pelos pais; quando começa a investir no outro libidinalmente, apropriando-se das qualidades desse, a criança adentra o campo do narcisismo secundário. Ela transforma a libido objetal em libido egóica, permitindo que as demandas pulsionais submetam-se aos interesses do eu, conforme Hornstein.

Apesar de o desenvolvimento do eu consistir no distanciamento do narcisismo primário, de acordo com Freud, o ego passa a vida aspirando a retornar ser 'Sua Majestade o Bebê', o eu ideal do narcisismo primário: o 'complexo de castração' entra como responsável pela saída da criança do narcisismo primário. *"É através dele que se opera o reconhecimento de uma incompletude que desperta o desejo de recuperar a perfeição narcísica"* (POULICHET, 1989:51).

Logo, o narcisismo primário da criança depende daquilo que ela representa narcisicamente para seus pais e é graças a essa posição de eu ideal que o ego do bebê constituir-se-á pela unificação das zonas erógenas. Para que ela possa vir a ser um sujeito, além de narcisada pelos pais, a criança deve ser considerada como um outro, um ser novo, e não um prolongamento narcísico parental. A mãe deve ter a noção clara, desde a gestação, de que aquele filho esperado por ela não se caracteriza por uma parte dela, mas por um bebê fruto de sua relação com um homem. Ela deve desejar um filho e não um retorno ao eu ideal que foi para sua mãe. Piera Aulagnier (1979) nomeia esse desejo da mãe de retorno ao bebê que foi para os pais de desejo de maternidade, considerando-o uma condição necessária à constituição de um sujeito psicótico, cujo conceito será abordado mais adiante.

Embora a criança se constitua a partir da posição de eu ideal para os pais, ela deve ser reconhecida como um outro e, para tanto, deve desidentificar-se com o ideal. Raquel Goldstein em uma palestra ministrada na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, no dia 28 de junho de 2008, afirmou que a mãe deve narcisizar a criança e depois deixá-la a fim de que essa já esteja seduzida o suficiente para desejar buscar o que já teve, o que já foi.

Nessa mesma linha de pensamento, para Freud, o eu ideal deve ser perturbado pela crise edípica, referindo-se a várias formas de perturbação ao longo de "Sobre o narcisismo: uma introdução", sintetizadas por Hornstein:

Primeiro, relação dual com a mãe, identifica-se com o todo idealizado; vem um intruso que abre um campo do qual a criança sente-se excluída e, para conseguir recompor-se narcisicamente, tem que identificar-se com o idealizado, que não é igual ao eu (...) por isso é forçada a matar essa criança onipotente, que acreditou ter tudo dentro dela. A via pela qual é forçada a fazê-lo é a identificação como idealizado que não é parte dela, ou seja, a via é o caminho identificatório. (HORNSTEIN, 1989:175)

Com a entrada de um terceiro, portanto, a criança vê-se obrigada a se identificar com um ideal que se encontra fora dela, acreditando que quando alcançar esse ideal ela será plena, o todo novamente. A partir desse investimento narcísico constitui-se o ideal de eu, por meio do qual a criança tentará recuperar a perfeição narcísica primordial “(...) *às custas de um rodeio identificatório que procurará diminuir a distância do eu com o ideal*” (HORNSTEIN, 1989:176).

Hornstein afirma que essa busca pela recuperação de uma posição de plenitude vivenciada no início da existência, impulsionada pela ferida narcísica imposta pela crise edípica, introduz no bebê uma dimensão temporal, pois ele passa a acreditar que lá no futuro, quando seu eu coincidir com o ideal, ele será perfeito mais uma vez. “*O eu não é ideal, mas pode chegar a sê-lo. Entre o eu e o ideal, instala-se o projeto, que é o que motoriza a mudança*” (HORNSTEIN, 1989:176).

Dessa forma, a distância entre o eu e o ideal, introduzida pela exclusão da criança da relação dos pais e pela aceitação de sua própria castração, empurrará a criança a se constituir como um sujeito desejante e desejado, como papai e mamãe. Se não houver esse corte separando o eu do ideal, permanecendo o bebê na posição de eu ideal, ele fica aprisionado num tempo sem perspectiva nenhuma de correr, fica capturado num momento atemporal, sem projeto, sem futuro. “*O eu ideal funciona em um corte momentâneo: é a identificação do eu com o valorizado, mas não há futuro, tempo, projeto. Ou sou ou não sou*” (HORNSTEIN, 1989:177).

Essa exclusão, no entanto, só poderá ocorrer se a mãe demonstrar um desejo por um outro, que não só a criança, o que fará com que a criança busque saber quem é esse outro a quem sua mãe deseja, deparando-se com o pai. Ao se deparar com ele, a criança encontra também, segundo Aulagnier, “*o último fator que permite que o espaço extra-psyque se organize de maneira a tornar possível o funcionamento do Eu ou, inversamente, a obstaculizá-lo*” (AULAGNIER, 1979:136). Sem o desejo da mãe em relação a esse outro, doador das chaves do acesso ao simbólico à criança, o desenvolvimento do ego da criança pode ficar prejudicado. Ver-se-á adiante que a combinação do desejo da mãe em relação ao parceiro enquanto pai com o desejo dele mesmo de ser pai determinará a possibilidade de esse pai entrar na relação mãe-filho a fim de separá-los e introduzir a lei.

Assim como os pais revivem suas respectivas posições narcísicas primordiais por meio do filho, também creditando a ele a imortalidade deles próprios - “*No ponto mais sensível do sistema narcisista, a imortalidade do ego, tão oprimida pela realidade, a*

segurança é alcançada por meio do refúgio na criança” (FREUD, 1976:108) – o sujeito castrado, reconhecedor de sua incompletude, imperfeição e mortalidade desejará um filho seu a fim de reviver seu narcisismo primário, mas, acima de tudo, de garantir sua imortalidade. Aí reside a grande diferença entre desejar exclusivamente vivenciar no filho sua perfeição narcísica e desejar, além disso, garantir sua imortalidade, pois, para tal, deve-se admitir que se é mortal, que se é castrado.

III – Psicose e família

1. A família do paciente psicótico

Por meio de trabalhos de terapia com grupos familiares e observações de tais grupos, Alberto Eiguer pôde constatar algumas características típicas presentes nas famílias de pacientes psicóticos. Com base em seu livro *Um divã para a família*, falar-se-á um pouco sobre essas características para depois se entender, sob a concepção de Piera Aulagnier, como se dá o funcionamento da família do paciente psicótico, os motivos que levam alguém a se tornar psicótico na relação com sua família.

Eiguer fala em três organizadores inconscientes da estrutura familiar, considerando o primeiro deles como a escolha do parceiro, profundamente relacionada à forma como cada um dos cônjuges lidou com o complexo de Édipo e as transformações decorrentes desse. Por meio do jogo edípico entre amor intenso e proibição desse amor, devido à lei do incesto, os pais preparam o sujeito para investir num outro vínculo, propiciador da origem de uma nova família. Como, idealmente, o menino sai da crise edípica via identificação com o pai para mais tarde buscar uma mulher semelhante à mãe, ocorrendo o oposto à menina, é pela busca de uma relação amorosa parecida com a dos pais que o sujeito poderá conciliar desejo, angústia de castração e identificação, elaborando, agora de fato, o complexo de Édipo:

A escolha objetual é organizadora porque, ao evitar o desprazer, o indivíduo obtém aí uma vantagem: um amor possível; não é sua mãe, mas parece-se com ela; não é o amor total, mas é intenso... e a ameaça da castração é, então, afastada. Considerando o valor altamente resolutivo, restitutivo e simbólico do encontro amoroso, a relação herda todos estes aspectos e tende a se estabilizar, a se perpetuar. Estes múltiplos sentidos ligam fortemente os dois componentes do casal (EIGUER, 1985:32).

Compreende-se, assim, que a busca do sujeito por um novo objeto de amor refere-se não apenas às representações de objetos inconscientes, mas também às representações de vínculos inconscientes. O homem adota com sua mulher comportamentos demonstrativos dos comportamentos de seu pai, esperando dela atitudes semelhantes às de sua mãe e vice-versa. Esse vínculo, determinado pela escolha do sujeito, por sua vez determinada por sua vivência edípica, mostra-se fundamental para se entender a dinâmica familiar.

Para Eiguer, há três tipos de escolhas de parceiro: objetal edípica, anaclítica e narcisista. A primeira diz respeito a uma escolha mais adulta, concernente às estruturas neuróticas e 'normais'; a segunda caracteriza-se por uma escolha regressiva no tocante à dissolução do complexo de Édipo, de forma a propor uma relação complementar na qual um fica num papel infantilizado, enquanto ao outro cabe um papel parental; a terceira refere-se a uma busca por um objeto parecido com o que se é, o que se foi, o que se gostaria de ser e com a pessoa que foi uma parte de si próprio, proposição essa embasada em Freud.

A partir de estudos realizados e publicados em seu livro *Considérations sur la famille du psychotique*, em 1982, Eiguer observou a presença do vínculo narcisista na estrutura das famílias de psicóticos, fundada, mais especificamente, numa relação objetal narcisista em espelho. Aqui, os pais daquele que poderá tornar-se psicótico escolheram-se não para lidar com a própria castração, mas porque viram um no outro um forte amor por si mesmos, o que os torna atraentes aos olhos um do outro. Seus filhos virão como prolongamentos de suas perfeições narcísicas, sem, portanto, enriquecê-los funcionalmente.

Eiguer coloca o eu familiar como o segundo organizador inconsciente da família por se constituir a instância em que a família estrutura seu narcisismo normal. Fruto das inter-relações objetais múltiplas, o mundo interno grupal constitui uma zona neutra no psiquismo da família, responsável por diferenciar o que é mundo familiar do que não o é. A essa zona neutra denomina-se eu familiar, que "(...) *pode ser definido como o investimento perceptual de cada membro da família, que lhe permite reconhecê-la como sua, numa continuidade têmporo-espacial*" (EIGUER, 1985:38). O eu familiar possui três componentes: sentimento de pertença, *habitat* interior e ideal do ego coletivo.

O sentimento de pertença familiar traduz o amor dedicado à família, reunindo os sentimentos experimentados por cada membro da família em relação ao conjunto: a sensação única de estar meio à própria família, sendo tratado de um jeito peculiar pelo qual não se é tratado em nenhum outro lugar; a recordação de um passado comum; um tipo de intercomunicação própria do grupo. As percepções inconscientes, geradas pelas reações frente às atitudes uns dos outros também compõem o sentimento de pertença.

Observa-se nas famílias de psicóticos uma inquietante estranheza causada por um sentimento de pertença extremamente frágil ou mecânico. De acordo com Eiguer, a fragilidade é tamanha, que o analista sente na contratransferência a rejeição e/ou as impressões de frieza que transmitem em eco uma distância espantosa entre os indivíduos.

Esse clima de estranheza familiar introduz uma fissura no sentimento de *continuum* têmporo-espacial do grupo familiar.

Ao passo que o sentimento de pertença remete à identidade familiar, o *habitat* interior remete à imagem corporal do 'corpo familiar', composto por membros e, por esse motivo, constantemente ameaçado pelo desmembramento. Em outras palavras, o grupo familiar, enquanto uma composição de membros e não uma unidade corporal, tem medo de que seus membros desinvistam o soma coletivo e a família se desmantele. Para se sentir mais segura, a família investe um lugar geográfico concreto, capaz de contê-la: a casa familiar.

O *habitat* interior, na medida em que se institui, marca no inconsciente grupal traços mnêmicos desse lar em construção, constituindo-se, assim, a base do reconhecimento grupal, uma representação íntima partilhada somente e tão somente pelos membros da família. Dessa forma, a família sente-se contida, pois agora tem uma 'pele' psíquica diferenciando-a e separando-a do mundo exterior, que deixa de ser ameaçador para a família e torna-se também um lugar de prazer e gratificação. Conclui-se, então, que quanto mais consolidado for o *habitat* interior, mais livres os membros da família sentir-se-ão para circular pelo mundo exterior, pois estarão seguros o suficiente de que podem retornar, pois a casa familiar (enquanto representação simbólica) está bem construída, o grupo não se desmembrará facilmente.

Com certa freqüência, surtos psicóticos ocorrem em circunstâncias de mudança, de descontinuidade, o que parece revelar um *habitat* interior pouco consolidado, facilitando o aparecimento da angústia de desmembramento. Eiguer fala, ainda, em uma não aceitação das diferenças nos lares de psicóticos: das diferenças de gerações, de sexos e mesmo das diferenças de temperamentos entre os membros da família. Num *habitat* interior frágil, as diferenças são extremamente ameaçadoras; não podem ser contidas num mesmo corpo porque quase não há 'pele' para separar esse corpo do mundo externo.

Pode-se passar agora à noção de ideal do ego familiar, que diz respeito ao conluio dos ideais individuais dos integrantes da família, porém não apenas como soma dos ideais de cada um. É como se cada membro tivesse uma representação do ideal do ego familiar ao lado da representação de seu próprio ideal de ego.

Eiguer define o ideal do ego familiar da seguinte forma:

O ideal do ego familiar seria, em nossa opinião, uma representação da perfectibilidade do grupo em relação ao seu próprio destino: quer dizer, um projeto de progresso social, cultural, educacional ou 'habitacional' para a família. É também um projeto familiar relativo ao alcance das realizações dos filhos na idade adulta, projetos referentes ao tipo de casamento ou de realizações profissionais, por exemplo. O grupo pode estabelecer 'missões a cumprir', ideais a atingir. Frequentemente, é o líder (paterno, na família tradicional) o portador do ego familiar, seu agente, sua garantia e seu representante perante os outros (EIGUER, 1985:42)

Assim como o ideal de ego individual, o ideal de ego da família mostra uma consciência, por parte dessa, de sua não perfeição, de sua condição humana falha. Em certas famílias de psicóticos, essa noção não se encontra bem estabelecida, havendo uma confusão entre ideal de ego familiar e ego ideal narcisista familiar: a família tem uma crença narcisista de que nada lhe falta; os pais não esperam nada do futuro dos filhos ou da família, pois vêem o futuro como um perigo que pode vir a modificar a estabilidade familiar e a imagem que eles querem conservar deles mesmos como seres perfeitos, infalíveis. Qualquer progresso ou regressão em algum dos membros da família é desqualificado por alterar a imagem mútua estática desse membro conservada e compartilhada por todos. Ameaçada pelo futuro e sem poder aprender com o passado por se crer perfeita, a família do paciente psicótico nega a passagem do tempo: *“Negando o tempo-evolução e mudança - seu ‘tempo’ fica sem passado, presente ou futuro, pois a onipotência do ego ideal narcisista de cada um dos membros da família não permite nem superação, nem progresso, nem falha”* (EIGUER, 1981 *apud* EIGUER, 1985:67).

Eiguer considera a interfantasmática – *ponto de encontro* dos fantasmas individuais de cada membro - como o terceiro e último organizador familiar. Do ponto de vista individual, o fantasma define-se pelo elemento que liga representações inconscientes, pré-conscientes e conscientes, traduzindo, num movimento de retorno, a presença do recaiado numa forma redimensionada e mais aceitável ao ego. O fantasma familiar, por sua vez, traduz os respectivos desejos recaiados da primeira infância dos pais e os demais desejos convergentes. Jogo combinatório dos fantasmas individuais, e não uma mera soma destes, a interfantasmática inconsciente inspira a fantasmática consciente: a criação de um espaço de trocas, de humor, de criatividade, de intimidade...

Verifica-se nas famílias de psicóticos fantasmas de cerceamento, de devoração e de aniquilamento visto a fragilidade de seu sentimento de pertença e de seu *habitat* interior. Essas famílias encontram-se incessantemente ameaçadas pela desintegração e pelo desmembramento. Pode-se ver, ainda, nessas famílias fantasmas monstruosos em relação

à origem da vida devido a sua intolerância às diferenças; o fato de os pais darem vida a um filho diferente deles e não a um prolongamento narcísico deles os assusta de maneira considerável.

Com base nas considerações feitas até aqui, atesta-se que os pais de psicóticos definem-se por pessoas com traços predominantemente narcisistas, de modo a viverem a relação a dois e a relação com os filhos “(...) numa ‘ignorância’ e ‘surdez’ mútuas (*investimento objetal narcisista*)” (EIGUER, 1985:85). Eles têm tanto medo de se depararem com suas falhas e faltas, constatando sua imperfeição enquanto seres humanos e pais, que podem não se dar conta do estado confuso, infeliz ou regressivo em que seus filhos podem encontrar-se. Esses filhos muitas vezes, não podem sequer existir fora do âmbito do desejo e ambição parental; suas aspirações, novidades, mudanças perturbam seus pais por lhes mostrarem que seus filhos são pessoas autônomas, separadas e diferentes deles. Esses pais preferem que seus filhos se limitem a poucas reações, escolhas, pensamentos e sentimentos a fim de terem maior garantia de que o espelho relacional devolverá a eles apenas uma imagem idêntica à deles próprios. Eigner denomina esse espelho relacional de espelho narcísico, muito comum nas famílias de psicóticos.

Observa-se, então, nessas famílias uma tendência à uniformização como forma de defesa contra as angústias de aniquilação e desmembramento, pairantes sobre um meio familiar composto por vínculos tão frágeis. Devido ao grande temor em relação a um suposto estrago a ser causado pelas diferenças (de gerações, de sexo, de temperamento, de gosto), a família do psicótico apela para um fenômeno narcisista por excelência: a uniformização, o meio mais econômico e tranquilizador, porém o mais esterelizante no tocante ao desenvolvimento do sujeito.

Os pais do psicótico exercem um controle onipotente sobre seu filho, na esperança de que se ele ficar num estado regressivo, eles manterão para si mesmos, uma imagem de pais perfeitos, onipotentes e oniscientes. Não há um espaço para a autonomização por parte do filho de sua própria pessoa; ele só é aquilo determinado e desejado pelos pais.

Segundo Eigner, as famílias de pacientes psicóticos freqüentemente apresentam uma vida fantasmática consciente árida devido aos sentimentos e conteúdos muito dolorosos suscitados pela vida fantasmática inconsciente:

Quando certos fantasmas abatem o inconsciente de todo o grupo e isto pode ser particularmente intenso por ocasião de fatos traumáticos, então os conflitos surgem; estes fantasmas não podem ser contidos pelas ‘barreiras-

pele' de cada pessoa, pois seu funcionamento narcisista é tal que elas não podem 'acolher' o outro e seus fantasmas. Elas o vivem como invasor, enquanto que habitualmente elas funcionam como se estivessem se invadindo e se interpenetrando (fusão). Diversamente das famílias dos neuróticos, estes conflitos desembocam num sintoma psicótico, num membro em particular, aquele que concentra sobre si todo o 'peso' fantasmático, enquanto os outros membros negam toda perturbação. Neste caso pode-se dizer que, antes do conflito se organizar, ele é resolvido pela aparição do sintoma (EIGUER, 1985:89).

Logo, compreende-se aqui o paciente psicótico como um sintoma do funcionamento exclusivamente narcisista de sua família. Não se deve entender sintoma apenas como passividade e vitimização, pois como diz Eiguer: nesse jogo narcísico, todos são simultaneamente passivos e ativos, vítimas e carrascos. O fenômeno psicótico em um dos membros foi a saída mais econômica que o inconsciente familiar encontrou para lidar com fantasmas tão ameaçadores: um adoece para que a família não seja aniquilada, para que a família fique livre da pesada carga fantasmática.

Indubitavelmente, as famílias neuróticas também podem ter fantasmas quase insuportáveis, mas nesse caso os fantasmas transformam-se em conflitos com os quais se lida abertamente; os membros se confrontam, brigam, discutem, criam alianças com alguns, excluindo outros... Essa confusão toda, apesar de provocar dor, mostra-se um sinal favorável, pois a partir dos conflitos, essas famílias podem buscar ajuda terapêutica ou resolvem-se espontaneamente, mediante as discussões.

As famílias de pacientes psicóticos, por outro lado, negam os conflitos para não se depararem com a própria castração e com a dolorosa carga fantasmática; por isso precisam desembocar, concretizar esses fantasmas em um membro, que psicotiza ao receber sozinho o peso da carga fantasmática de todos, apresentando os problemas mais visíveis, para que os outros não precisem apresentar problemas próprios, tomando consciência de seus desejos, conflitos e fantasmas inconscientes.

Devido à impossibilidade de entrar em contato com os conteúdos inconscientes, as famílias de psicóticos, em geral, apresentam uma comunicação consciente regida por um 'pensamento operatório', afirma Eiguer, fundamentado na teorização de Pierre Marty e Michel de M'Uzan acerca de tal pensamento: um pensamento sem vínculo notável com uma atividade fantasmática, de modo a não dar sentido às ações, mas a duplicá-las. A comunicação embasada nessa maneira de pensar estabelece uma 'relação branca', atestada por uma convivência familiar que aparece como uma tarefa a se executar num

presente imediato desconectado das dimensões de passado e futuro; além disso, o relato familiar não transcende a materialidade dos fatos, ao contrário, mantém-se numa lógica seca estrita, explicando tudo somente pela realidade, sem fazer associações a conteúdos afetivos ou fantasmáticos.

Eiguer relaciona dois outros fenômenos ao ‘pensamento operatório’ encontrado nas famílias de pacientes psicóticos. O primeiro diz respeito à *transmissão da irracionalidade* por parte dos pais de psicóticos, proposto por Lidz e colaboradores, defensores da hipótese de que apesar do baixíssimo número de pais esquizofrênicos de filhos esquizofrênicos, esses pais apresentam, com frequência, um pensamento paralógico, concreto e com pouco espaço para a subjetividade, a despeito de sua razoável adaptação social:

(...) padres que conservan un grado razonable de adaptación social y, no obstante, exhiben serias distorciones en el pensamiento y la motivación. Algunas de las madres son acentuadamente dispersas y confusas, en particular cuando experimentan ansiedad y están sometidas a presión. Los padres pueden ser hombres de éxito, pero su conducta para con su familia está impregnada e dominada por creencias paranoides (LIDZ E COL., 1980: 90)⁴

Criado meio à irracionalidade parental, o psicótico relaciona-se com a realidade de forma deveras limitada devido à distorção que faz dessa ao simbolizá-la. Essa distorção se deve à maneira equivocada e evitativa com que os pais interpretam e compreendem os impulsos e o comportamento afetivo dos membros da família. O esquizofrênico aprende, assim, a interpretar a realidade da mesma forma equivocada e evitativa, conforme a hipótese de Lidz e colaboradores, considerada por Eiguer importante para se entender o estilo do pensamento das famílias de psicóticos.

Outro fenômeno associado pelo autor ao ‘pensamento operatório’ presente nessas famílias refere-se à proposta de Bion de que mães de crianças que virão a manifestar sintomas psicóticos caracterizam-se por serem desprovidas da capacidade de devaneio (*rêverie*), ou seja, capacidade de fantasmatização consciente, não podendo, assim, atribuir sentido às angústias do *infans*, que se tornam, então, mortíferas por não terem nome, por não passarem de um desconforto total a uma vivência corporal nomeada, por exemplo, fome, sono, ‘saudade da mamãe’... Sem se identificar com a angústia do bebê, catalisando-a por meio da palavra, a mãe não lhe dá continência e ele fica constantemente ameaçado

6615/12/200810:46:45

⁴“(…) pais que conservam um grau razoável de adaptação social e, não obstante, exibem sérias distorções no pensamento e na motivação. Algumas das mães são acentuadamente dispersas e confusas, em particular quando experimentam ansiedade e estão submetidas à pressão. Os pais podem ser homens de êxito, mas sua conduta para com sua família está impregnada e dominada por crenças paranóides” – tradução livre.

pela morte, além de não adquirir a capacidade de simbolização, pois o pensamento simbólico instaura-se a partir daquele que substitui a ausência do objeto.

Diz Eiguer sobre a proposta de Bion:

Quando o pensamento fica aquém da simbolização, como é o caso do pensamento operatório, porque o narcisismo não deixa espaço para o objeto total, as trocas não servem para a superação da angústia e da estranheza. Neste contexto, o sintoma psicótico tem todas as chances de se revelar e também de aparecer como a salvação do grupo (EIGUER, 1985:92).

Dar espaço ao objeto total implicaria um reconhecimento por parte dessa mãe das qualidades, daquilo que é como ela no objeto e das falhas presentes nesse objeto, além daquilo que é diferente dela também como parte do objeto. Presa numa posição narcisista, tal reconhecimento faz-se impossível, pois aqui não se pode suportar as diferenças.

Uma última observação feita por Eiguer a respeito das famílias de pacientes psicóticos refere-se à representação, comum aos membros, do coito parental como uma 'união incestuosa', sem prazer, pouco discriminada, realizada de forma primitiva e pouco estruturada. Segundo o autor, de uma relação vivenciada desse modo, só poderia nascer uma criança problemática (porém eficaz às necessidades familiares) que deve ser mantida na não-lucidez.

Neste capítulo, viu-se uma descrição dos mecanismos presentes nas famílias de psicóticos, obtida por Alberto Eiguer por meio de sua vasta experiência clínica e de sua longa trajetória de estudos nessa área. Pode-se passar agora a Piera Aulagnier, que se aprofunda no estudo do tema, proporcionando uma compreensão mais ampla a respeito.

2. O discurso sobre o desejo parental e a função do eu na psicose

Para começar a abordar o tema psicose, Aulagnier ressalta a diferença entre condições necessárias e condições suficientes para a eclosão do fenômeno psicótico. Segundo a autora, embora seja possível demonstrar, com frequência, a presença das condições necessárias nas famílias de psicóticos não podem ser consideradas suficientes porque, se fosse assim, levar-se-ia em conta um modelo capaz de esgotar o problema da causalidade psicótica, o que é impossível, visto a complexidade do ser humano e das relações humanas. *“Na distância que separa o necessário do suficiente, encontra-se não apenas o que escapa ao nosso saber, mas também o que faz da psicose, não apenas um acidente sofrido passivamente, mas um destino no qual o sujeito tem seu papel”* (AULAGNIER,1979:175).

De acordo com a autora, a grande diferença entre neurose e psicose reside no papel importantíssimo tomado pela interpretação da realidade na psicose, que não se reduz a uma projeção fantasmática sobre uma realidade neutra. O que de fato importa para o desenvolvimento da psicose diz respeito à interpretação da realidade, operada entre a representação fantasmática e a cena do real. Como visto com Eiger, o psicótico lida com a realidade num âmbito limitado por simbolizá-la de modo distorcido.

Nesse sentido, Aulagnier entende a esquizofrenia e a paranóia como duas formas significativas de psicose por terem em comum o fato de o eu fabricar as suas próprias construções fundadas num enunciado sobre a origem da vida, que não coincidem com o enunciado compartilhado pelas outras pessoas, substituindo-o. Tanto o eu do esquizofrênico quanto o do paranóico tem uma idéia delirante a respeito do próprio nascimento. Entenda-se por idéia delirante, no sentido apreendido pela autora, todo enunciado capaz de provar que o eu relaciona qualquer evento a uma causalidade contraditória à lógica vigente no discurso do meio, que não consegue, portanto, compreender tal relação.

O psicótico precisa interpretar a realidade conforme uma ordem causal delirante porque os discursos do porta-voz (representante do Outro e responsável por apresentar o mundo ao *infans*; em geral, a mãe) e do pai (representante dos outros) não deram conta de executar suas tarefas: atribuir sentido às vivências do bebê, em especial àquelas relacionadas à origem. Existe a possibilidade de a criança superar a inaptidão parental e não se ver na obrigação de recorrer a uma ordem causal contraditória ao discurso dos demais, caso contrário, ela deve recorrer ao *pensamento delirante primário*: um enunciado sobre a origem estranho ao nosso modo de pensar, decorrente do encontro do bebê com

uma organização e um discurso específicos do espaço extra-psique, tornando-se tal enunciado antecedente necessário à eventual manifestação de uma psicose, o pivô a partir do qual poderá elaborar-se o discurso delirante e a construção psicótica.

Eventual porque a presença do *pensamento delirante primário* designa um indivíduo portador de uma potencialidade psicótica: uma organização da psique que pode não produzir sintomas visíveis, mas que se funda num *pensamento delirante primário* enquistado e não reprimido. Quando este consegue invadir o espaço psíquico, passa-se do potencial ao manifesto, mas, enquanto potencial permite ao sujeito desenvolver um discurso, que exceto no que diz respeito ao enunciado sobre a origem, assemelha-se ao discurso circulante no meio. Para a permanência desse estado potencial, faz-se necessária uma organização familiar capaz de suportar a contradição entre o pensamento delirante primário e o discurso compartilhado pelas demais pessoas. O sujeito portador de uma potencialidade psicótica precisa da presença na cena do real do porta-voz ou de um outro que possa desempenhar o papel do porta-voz, que lhe garanta a veracidade de sua teoria sobre as origens para se poupar de manifestar sintomas psicóticos.

Ao buscar a causa das origens (do sujeito, do mundo, do prazer e do desprazer), o ego dá-se uma interpretação peculiar, o *pensamento delirante primário*, que dará uma única resposta a essas quatro questões fundamentais sobre a existência. Essa resposta indicará uma causa capaz de tornar sensata a existência desse conjunto de questões, ou melhor, desse conjunto de existentes fundamentais, permitindo ao eu um acesso ao campo de significação, de modo a criar um sentido ao discurso do outro, pelo qual foi confrontado com um enunciado ou sentido ausentes.

A partir daí, três possibilidades apresentam-se ao eu: construir um sistema de significações adequado a tal pensamento, culminando num sistema paranóico; operar uma clivagem por meio do enquistamento desse pensamento delirante, que permite ao sujeito funcionar de acordo com uma frágil e aparente normalidade, constituindo-se, então, um psicótico em potencial; pode ser, ainda, que esse pensamento não dê espaço à sistematização, "(...) *agindo como uma interpretação única e exaustiva que recobre toda experiência carregada de afeto e, portanto, significativa: o que escapa ao domínio desta interpretação única será desinvestido e ignorado pelo sujeito e por seu discurso*" (AULAGNIER, 1979:178). Nesse caso, se está diante de uma esquizofrenia. Segundo Aulagnier, essa sistematização, também considerada por ela uma extrapolação, pode instituir-se desde a constituição do *pensamento delirante primário*, gerando as formas infantis de esquizofrenia e paranóia; no autismo infantil, esse pensamento nem chega a ser

formado. Já a eclosão dessas na adolescência ou na idade adulta atribui-se a um fracasso do compromisso até então protetor da potencialidade psicótica.

Atesta-se, com base nessa compreensão do *pensamento delirante primário*, o papel crucial do eu no desenvolvimento da psicose, responsável por reorganizar, de forma ativa, a relação entre sua forma particular de pensar e o discurso parental e do meio. Ele cria uma significação que preenche um vazio no discurso do Outro, onde deveria ter-se constituído um eu. Essa é a maneira encontrada pelo psicótico de poder falar a linguagem dos outros, inventando uma interpretação que torne adequada à razão uma significação que lhe foi imposta, sentida pelo eu como falsa por se revelarem a ele como contraditórias as suas reais vivências afetivas.

Numa enrascada entre aceitar o comentário falso, tendo de se apropriar de uma história sem sujeito e de um discurso sem sentido - que nega a veracidade de qualquer experiência sensível - e recusar tal comentário, ficando diante de uma vivência inominável, o eu interpreta o comentário, fazendo coincidir um primeiro parágrafo escrito pelo *pensamento delirante primário* com o resto de sua história.

Saber sobre a própria origem tem tanta importância para o ser humano devido ao fato de apenas o conhecimento dela, revelador da significação da existência do sujeito, poder atribuir sentido à sucessão de posições identificatórias que se ocupa no decorrer da vida. Qualquer história começa de algum lugar e sem se saber a respeito dessa origem, ela não pode fazer sentido. Assim, quando um indivíduo não sabe o primeiro parágrafo de sua história, ele fica para sempre ameaçado pelo possível surgimento de uma palavra que pode inscrever-se nesse parágrafo, declarando sua existência falsa.

No caso das histórias dos seres humanos, pode-se saber sobre o primeiro parágrafo graças ao discurso do porta-voz e dos outros, que presenciaram os momentos da origem, dos quais o eu não pode lembrar-se, tendo de acreditar e confiar no discurso alheio. Por esse motivo, a tarefa do porta-voz consiste em oferecer à criança um discurso contendo um primeiro enunciado concernente à origem de sua história. Se ele não o fizer, a criança verá sua existência como desprovida de sentido. Aí entra o outro poder determinante para o eu: sua capacidade de extrapolar o discurso do outro sobre sua origem. Se a pergunta do eu a respeito de si mesmo prova a relação entre a interrogação do que se refere ao sentido de sua existência e a intuição de que, por meio dela, ele também interroga o desejo e o prazer parental, é porque com essa mesma pergunta o eu questiona, ainda, qual a causa originária da experiência de prazer e de desprazer.

Assim, conforme Aulagnier, quando a criança pergunta “Como nascem as crianças?”, ela questiona simultânea e implicitamente como nasce o eu, como nasce o prazer e como nasce o desprazer, esperando, a partir dessas quatro formulações, uma única resposta que estabeleça uma relação entre nascimento-criança-prazer-desejo:

‘Na origem da vida está o desejo do casal parental a quem o nascimento da criança dá prazer’. Qualquer que seja o enunciado da resposta ouvida, ele deve poder remeter implicitamente a esta formulação. Não apenas porque esta formulação é a única a conter uma significação adequada à lógica do Eu, mas também porque esta resposta dada à causa de sua origem vai ser, retroativamente, projetada pela criança sobre a causa originária de toda experiência de prazer e de desprazer (AULAGNIER, 181).

O eu entenderá, então, a causa do prazer como ligada ao prazer que sente o casal diante de sua existência. Já a causa do desprazer será vista como separada da causa do prazer, pois a psique funciona segundo a lógica da não-contradição, contrariando o postulado dos primórdios, quando tudo o que existe é efeito da onipotência do desejo do Outro. Essa separação permitirá ao eu vivenciar o desprazer não como excludente do amor, nem como decidido somente pelo desejo do Outro, podendo se impor apesar de e contra esse desejo e podendo ver outros fatores como também responsáveis pela causa do desprazer: a realidade do corpo, a existência dos outros (introduzida pelo pai), um erro, um não-saber.

A resposta do porta-voz à pergunta infantil sobre o nascimento das crianças trará um enunciado a ser elaborado pela criança numa única significação, a partir da qual ela compreenderá a causa da origem de si, do prazer e do desprazer, atribuindo sentido e sensatez a sua existência e às suas experiências. Não adianta nada, entretanto, afirmar à criança que ela é fruto do desejo do casal e que seu nascimento proporciona-lhe prazer, se esse casal não manifestar em suas atitudes essa proposição. A criança só poderá apropriar-se desse suposto prazer na relação com os pais se eles o vivenciarem no momento do encontro com ela, sem contradizerem o que afirmam com o que vivenciam.

No caso do desprazer funciona a mesma lógica: não há valor nenhum na afirmação do porta-voz de que o desprazer não é somente fruto de seu desejo, se o pai não introduzir a lei, segundo a qual o desprazer constitui-se por uma experiência intrínseca à vida, apoiado por um porta-voz que tampouco pode reconhecer essa vivência como parte da vida da criança (assim como da vida de qualquer outra pessoa). A afirmação do porta-voz

também não terá valor se ele atribuir a ela uma significação não contraditória com a causa dada ao prazer.

Nesse sentido, se a resposta do porta-voz à questão do nascimento contiver o enunciado de que a existência da criança constitui-se fonte de desprazer para o casal, ela entenderá o desejo do outro como causa do desprazer e o prazer como efeito de um erro, operando-se, então, uma inversão entre as duas causas que deveriam ter sido delegadas ao prazer e ao desprazer, tornando-os experiências sem sentido, das quais não se pode falar.

Vê-se, assim, a importância do discurso parental sobre a origem da criança e de como o casal vivencia a existência dela, que, se não puder se apropriar do que os pais dizem a respeito de seu nascimento para teorizar sobre as origens, deverá inventar um pensamento provedor de sentido àquele a fim de não renunciar ao funcionamento de sua psique. Cada vez que as circunstâncias da vida colocarem em risco tal pensamento, o indivíduo poderá fazer um *acting-out*⁵, manifestando sintomas psicóticos. Portanto, faz-se necessário ao eu um pensamento que lhe proporcione um saber do eu sobre o eu que lhe permita ver sensatez no seu modo de funcionamento. Sem esse pensamento, o eu desapareceria de cena, visto sua necessidade de um sinal capaz de lhe indicar uma causa inteligível aos seus sentimentos e vivências.

Vista a função do porta-voz e a importância desta para o funcionamento da psique da criança e entendido o *pensamento delirante primário* como uma forma da criança se preservar e se defender de uma morte psíquica frente a um enunciado falso sobre si, pode-se passar ao espaço familiar em que se desenvolvem tanto a paranóia quanto a esquizofrenia.

⁵ De acordo com Rudge (2008), Aulagnier parece não fazer uma distinção entre passagem ao ato e acting-out, que diz respeito a uma irrupção repentina e desestruturante de um afeto incontrolável no espaço do Eu.

3. Esquizofrenia e paranóia: um desejo de retorno?

Segundo Piera Aulagnier, a mãe, primeiro representante do Outro, leva a realidade ao *infans*, ao passo que o pai, primeiro representante do discurso dos outros e do meio introduz a lei, separando o bebê da mãe, de modo a barrar a onipotência infantil e permitindo, assim, o acesso do *infans* ao simbólico. No entanto, nem sempre tais representantes exercem suas respectivas funções dessa maneira, pois antes mesmo da concepção do bebê, o casal parental já possuía uma interação relacional profundamente ligada ao tipo de escolha feita de um pelo outro, determinante do ambiente psíquico, onde o bebê é acolhido ao sair do ventre materno. Dessa forma, não se fala em relação mãe-bebê sem se falar na relação pai-mãe, crucial para se compreender o modo como a mãe investe libidinalmente seu filho.

A qualidade do investimento da mãe, sem dúvidas, terá um impacto maior sobre a psique do bebê pelo fato de ela ser o primeiro representante do Outro e o primeiro objeto de amor do *infans*, mas de acordo com Aulagnier: “*O desejo materno, do qual a criança é herdeira, condensa duas relações libidinais: a que a mãe tinha estabelecido com a imagem paterna e a que ela vive com aquele a quem ela, efetivamente, deu um filho*” (AULAGNIER, 1979:138). Dessa forma, a ‘função paterna’ encontra-se demarcada pela interpretação dada pela mãe à função de seu próprio pai, pela função atribuída por ela ao pai do filho, pela função que o filho também atribui ao pai e por aquilo que a mãe deseja transmitir dessa função e pelo que ela quer interditar a respeito dela. A mãe, entretanto, não poderá interditar muitos aspectos da função paterna ou mesmo excluí-la se o pai de seu filho não desejar excluir-se de exercê-la. O desejo de onipotência da mãe em relação ao filho e de castração em relação ao parceiro será muito mais operante se ela encontrar nele um desejo de desempenhar o papel de vítima porque não se sente pronto para a paternidade ou porque não herdou de seu próprio pai um desejo de ter um filho. A relação dos dois com o filho estará permeada pela combinação desses desejos e funções, que determinam suas atitudes um com o outro no que se refere ao filho e preparam o ambiente no qual o *infans* vai nascer.

A realidade manifesta ao *infans* pode estar marcada por um *não-desejo de um desejo* ou por um *não-desejo de um prazer* – referentes ao bebê - presentes no comportamento e no discurso materno. O *não-desejo de um desejo*, conforme Aulagnier, diz respeito à ausência de um desejo materno de ter filhos, fato conscientemente reconhecido pela mãe. Já o *não-desejo de um prazer* refere-se ao ato procriador da criança como uma vivência desprazerosa para a mãe, que tampouco obteve prazer durante a gestação, vivenciada como uma experiência penosa.

Vale ressaltar a importância atribuída por Aulagnier a essa realidade manifesta, marcada pela ausência dos desejos fundamentais à constituição do eu, no que diz respeito ao desenvolvimento do fenômeno psicótico. Nas palavras da psicanalista: *“O poder de acoplamento, de fantasistização induzida, que o comportamento manifesto de todo sujeito ameaça exercer em qualquer outro sujeito: esse poder é particularmente atuante para a psique do infans e da criança pequena”* (AULAGNIER,1990:125). Conforme a autora, o bebê reage ao que se traduz do desejo dos pais em relação a ele nas expressões, comunicações, na qualidade, na intensidade e na forma do investimento destes para com aquele.

Quando a criança nasce, a mãe, que não o deseja, pode passar a ter um desejo de vida em relação a ela a fim de compensar o desejo de morte pairante sobre a gravidez. Esse desejo de vida aparecerá, então, sob a forma do medo da morte do bebê, que *“(...) justifica e torna impossível o ‘prazer de ter a criança’, o qual é substituído pelo ‘desprazer de estar sempre arriscando-se a perdê-la”* (AULAGNIER,1979:185).

Pode-se identificar uma grande semelhança entre os dois tipos de *não-desejo* em relação à criança propostos por Aulagnier: ambos falam sobre a *ausência de um ‘desejo de ter filho’*, que deveria ter sido transmitido por sua própria mãe para que a jovem mãe pudesse também transmiti-lo ao seu filho. Tanto aqui, quanto na paranóia, vê-se a necessidade de se entender três gerações para se compreender a patologia.

Sem desejar um filho, a mãe não consegue investir de modo positivo o ato de procriação, o momento do nascimento e tudo que lhe mostre que, ao dar vida, ela deu origem a um ‘novo’ ser, que não se caracteriza pelo retorno a um tempo vivenciado por ela, mãe. Aí entra o conceito de *desejo de maternidade* presente em muitas dessas mulheres, de acordo com Aulagnier. A autora formulou esse conceito para falar sobre o desejo por parte de algumas mulheres de reviver, em posição invertida, uma relação primária com sua mãe, experienciada num passado longínquo; o *desejo de maternidade* define-se pela *negação de um desejo pela criança* e sim um desejo por voltar à posição de eu ideal, de completude narcísica de sua própria mãe.

Dessa forma, deparar-se com o fato de que seu filho é um ser novo, único e singular e não um retorno ao bebê que ela foi para sua mãe constitui-se uma experiência profundamente angustiante e dolorosa para essa mãe, impossibilitada, assim, de investir tudo o que se refere à origem da criança, *“(...) momento que provaria que, ao abandonar seu corpo, a criança abandonou também o passado materno; momento que, na sucessão*

temporal, representa um ponto de partida, em função do qual se organizará um novo tempo, que nenhum indivíduo pode fazer retroceder” (AULAGNIER, 1979:185).

Tende-se a pensar que a mãe não deseja o desejo do pai e nem o prazer proporcionado por ele no ato sexual por estar presa em sua relação pré-edípica com a própria mãe. Entretanto, tal idéia mostra-se apenas parcialmente verdadeira, pois a mãe não deseja o desejo do pai e nem o prazer sexual oferecido por ele no que se refere ao sexo enquanto ato de procriação; para Aulagnier, pelo fato de a mãe não ter internalizado um *desejo de ter filho*, ela exclui o filho de seu campo de desejo e não o pai. Desse modo, o *infans* já nasce expropriado de sua singularidade.

Não reconhecido em sua singularidade e não confirmado pelo Outro como um ser inédito, o *infans*, ao vir ao mundo, não encontra nenhum desejo a ele referido, enquanto um ser único. O seu desejo, precocemente constituído como desejo de ser desejado, de imediato é frustrado pelo meio psíquico. Mesmo ainda não compreendendo tal problemática, o *infans* sofre seus efeitos, manifestos primeiro pelo fazer materno e, depois, pelo discurso materno e do casal, cujo desejo jamais poderá validar-se pelo discurso sobre a causa da origem da chegada do bebê ao mundo; sobretudo a mãe se recusará a reconhecer o momento em que um ser inédito nasceu.

Com essa impossibilidade de reconhecer o bebê como um indivíduo único, a mãe não suportará qualquer imprevisto ou demanda inesperada por parte da criança. Constituir-se-á, ainda, como vivência de intenso desprazer para essa mãe tudo o que a remete à participação do pai no engendramento do filho, pai esse visto como um obstáculo para a repetição da relação narcísica, experienciada nos primórdios com sua mãe.

Por trás do desprazer gerado por tudo o que se refere à singularidade da criança está o *não desejo de um desejo*, exprimido pelo ego da mãe, que sabe e enuncia que o ato procriador não se embasou num desejo por um filho ou que se recusa a reconhecer no pai um desejo legítimo de ter filho, que poderia ter sido realizado por ela, mãe. A mãe, então, absorverá a criança, negando um terceiro, como forma de se precaver de possíveis imprevistos vindos da criança, além disso, adotará um discurso para o bebê, que não lhe dá um enunciado sobre a origem, ligando seu nascimento ao desejo do casal.

O primeiro parágrafo da história da criança contada pelo porta-voz apontará, portanto, o nascimento como fonte de uma situação conflitiva, como o fracasso do *desejo de maternidade* da mãe e como um evento ao qual o desejo do pai não importa. Logo, em suas

experiências corporais, o *infans* vivencia os espaços corporal e psíquico materno como hostis e ameaçadores de maneira a causarem desprazer, dificultando o investimento autônomo do próprio corpo. Ao contrário, a criança atacará seu corpo, propiciando a este corpo um estado de sofrimento orgânico, experimentado pela psique como a acentuação de um intenso afeto de desprazer preexistente ou concomitante, gerado pela atitude materna em relação ao bebê.

A fim de não se deparar com imprevistos confirmadores da unicidade de seu filho, a mãe superinveste o funcionamento de suas zonas sensoriais, como forma de as controlar e antecipa-se a qualquer necessidade desse filho. Ela sabe antes dele a hora de comer, de dormir, de defecar, desconsiderando as reais necessidades do bebê. O sofrimento do corpo (comentado no parágrafo anterior), no entanto, impede-o de se defender de tais invasões, que, mais tarde, poderão transformar-se em traumatismos psíquicos, como coloca Aulagnier:

Se a experiência vem reforçar um afeto de desprazer preexistente e cuja causa era a inadequação do desejo materno, essa experiência, por sua vez, só se torna traumática (no sentido que atribuímos a este termo) no momento em que ela se associa ao escutado, que é a explicação causal que a mãe tenta impor a tal vivência, a qual, freqüentemente, precede temporalmente o comentário feito sobre ela. Isto vem provar que o efeito da experiência depende, salvo exceções, do contexto da situação na qual ela surge: em função das características próprias ao contexto, a fantasmática do experimentado será reforçada e fixada, ou, inversamente, desarticulada, graças a uma atribuição de sentido que reelabora e remodela o próprio experimentado (AULAGNIER, 1979:188).

Logo, aquilo que a criança ouve da mãe a respeito de suas experiências possui um grande valor para a psique no tocante à formação ou não de traumatismos psíquicos. No caso do esquizofrênico, ele não poderá dar credibilidade ao testemunho dos pais a respeito de sua origem e nem a respeito de suas experiências, sem poder atribuir a essas experiências um sentido novo, que permita o desprazer passar de não dizível a dizível e tolerável. Frente a isso, a criança constrói o pensamento delirante primário, visando remodelar e reelaborar a realidade concernente àquilo que escutou dos pais sobre suas experiências.

Nesse sentido, Aulagnier concebe o pensamento delirante primário como encarregado por fabricar uma interpretação capaz de remodelar o vivenciado relativo:

a) ao encontro do *infans* com uma mãe que demonstra não atribuir a origem da criança ao desejo do casal e, muito menos, ao prazer de 'criar o novo';

- b)** ao encontro com experiências corporais hostis, geradoras de sofrimento, confirmando a dor vivenciada pela mãe por ter originado um filho e não ter retornado ao eu ideal que foi para sua mãe;
- c)** ao encontro com um escutado do discurso parental, que se recusa a reconhecer o desprazer como parte da existência do bebê, impondo a essa um comentário responsável por esvaziá-la de sentido.

Em outras palavras: *“Ao ‘reconstruir’ um fragmento do discurso materno, o pensamento delirante primário e o Eu tentam reparar o abuso de poder, do qual é responsável este discurso”* (AULAGNIER, 1979:189).

O discurso da mãe do psicótico mostra-se adequado ao meio, não provocando, assim, estranhamento nas pessoas, não atentas ou pouco atentas na ausência do ‘conceito-que-se-refere-a-ela-mesma’ no discurso dessa mãe, o que sugere que ela guardou apenas uma parte do conceito de ser mãe: mãe que deve alimentar, banhar, ninar... Se ela pensar no conceito com menor parcialidade, terá a dolorosa constatação de haver frustrado o desejo de sua mãe por ela, desejo que ganha um caráter universal na relação dessa mulher com seu filho.

Apesar de essa definição de maternagem adotada pela mãe do esquizofrênico parecer caricatural, provando o fracasso da repressão de seu verdadeiro desejo (repetir a relação primordial com sua mãe), ela faz um compromisso entre seu próprio discurso e o discurso dos demais, permitindo uma aceitação social de seu modo de ser mãe, já que cuidar, alimentar, educar também fazem parte do conjunto de atributos que os outros dão à função materna. Por outro lado, definir-se a partir de um mesmo e único atributo constitui-se uma tarefa quase impossível para a criança, que, diante dessa redução do conceito, não consegue encontrar lugar de acesso ao simbólico no sistema de parentesco, conforme Aulagnier.

Desse modo, desde os primeiros enunciados identificatórios recebidos pela criança e enquanto o discurso materno goza do poder de verdade sobre as necessidades da criança, o eu dessa criança vê-se obrigado a se apropriar de um enunciado pelo qual a mãe se define no papel de mãe, e não de um enunciado referente a ele, bebê, enquanto um novo ser. Ele é, portanto, impelido a buscar na significação materna *“(...) uma resposta que possa dar sentido ao que é a fonte de sua entrada neste lugar que ele tem a obrigação de habitar”* (AULAGNIER, 1979:192).

A partir daí, Aulagnier compreende o ego do esquizofrênico como uma retomada em eco do ego da mãe, quem não recebeu do discurso da própria mãe nada a respeito do desejo de ter filho. Caso contrário, a mãe do psicótico não esperaria de sua mãe o objeto do desejo, podendo, desse modo, sentir-se no direito de desejar por ela mesma, e não pela mãe. Só assim, ela poderia também transmitir ao seu filho o direito de desejar, sem lhe impor seu desejo que, por sua vez, está preso na sua relação pré-edípica com sua mãe. Logo, constata-se o envolvimento de três gerações familiares no desenvolvimento do fenômeno psicótico.

Como o desejo ficou estancado no tempo mítico da relação da mãe do psicótico com sua própria mãe,

Lá, onde dever-se-ia construir um projeto, lá, onde a noção de futuro deveria permitir ao Eu mover-se numa temporalidade ordenada, o retorno-do-mesmo estanca o tempo, em benefício da repetição do idêntico e inverte sua ordem, pois aquele que deve tornar-se descobre que ele é precedido por um passado e um antepassado, os quais lhe impõem o lugar e o tempo aos quais ele deve retornar (AULAGNIER, 1990:193).

Ao aspirar retornar ao seu eu ideal, em que vive-se um presente constante, a mãe não pode fornecer ao seu filho um modelo de ideal para ele se identificar, de forma a introduzir nele uma noção de futuro, a possibilidade de se criar um projeto de vida para si. Ao contrário, ela lhe fornece uma repetição, projetando-o regressivamente a um lugar já ocupado por ela há muitos anos. Pode-se compreender, então, uma das características da vivência esquizofrênica: o não acesso à ordem da temporalidade.

Dessa forma, o discurso delirante entra como uma maneira de atribuir sentido à violência cometida pelo discurso parental contra um eu sem as defesas adequadas. Sem esse discurso, que retoma para si a tarefa do pensamento delirante primário, o único desejo do eu seria o de aplicar àqueles que lhe proporcionam tal vivência violenta a mesma violência, assumindo o ódio pelos pais. Porém, odiá-los nesse momento de dependência total, em que eles representam o Outro e os outros, implicaria crer que o mesmo ódio repercute sobre a totalidade do 'não-eu'. Como o eu constitui-se do que retorna à cena psíquica a partir do 'não-eu', ele só poderia sentir-se e considerar-se odioso, odiável e odiado, como pensa Aulagnier. Do ponto de vista da autora, tal situação caracteriza-se por insustentável e vulnerável à exploração das pulsões de morte. Portanto, a fim de manter a mãe como suporte libidinal necessário, o pensamento delirante primário inventa um significado ao excesso de violência proveniente da atitude dos pais em relação à criança.

Assim como a criança se utiliza do pensamento delirante primário para manutenção da mãe como suporte libidinal, a mãe tem seus recursos para preservar a ilusão de que há uma concordância entre os pensamentos dela e os da criança, garantindo que a primeira não se depare com o fato de que seu filho define-se por um ser novo e não por um retorno a ela mesma. Até que a criança não fale, preserva-se tal ilusão com maior facilidade, mas a partir do momento em que ela inicia a falar, pode provar à mãe o fracasso de seu desejo: a criança dar forma a uma imagem perdida dela mesma (mãe). Essa mãe espera do discurso da criança uma demonstração de que em seu próprio discurso não há falta, em vez de esperar uma contribuição desse discurso como um reforço à barreira da repressão, preservando, assim, o ego materno de um reprimido: o desejo de reviver, por meio do filho, uma relação primária com sua mãe. Aqui a mãe quer se poupar do não reprimido, da singularidade e da alteridade de seu filho.

Para tanto, a criança deve pensar o que a mãe pensa e falar somente o que a mãe tolera escutar. Logo, essa mãe oferece e impõe à criança um saber sobre a linguagem, indispensável à condição de falante, mas sob a condição da criança entender apenas o que a linguagem materna pretende significar. Aulagnier refere-se a tal imposição como uma apropriação pela mãe da atividade de pensar da criança, pois, se essa viesse a pensar como um ser autônomo, portador de um direito de pensar e viesse a falar de seus próprios pensamentos, provaria a inviabilidade do desejo materno e a falta presente em seu discurso.

Resta à mãe, como forma de evitar o risco de constatar seu fracasso, privilegiar outras funções que não a de pensar; ela superinveste o corpo do bebê como um conjunto de funções parciais: *“(...) corpo que come, que defeca, que vê, que escuta... de acordo com um bom modelo de funcionamento, que ela procurará e encontrará na medicina, na higiene, na religião ou na ciência, a respeito do corpo e de suas funções”* (AULAGNIER,1979:195). As funções corporais são vistas aqui como meros fragmentos, não fazendo parte de um projeto para o crescimento e desenvolvimento do corpo e mente infantil. A criança come o que e porque a mãe decidiu, dorme na hora em que a mãe acredita ser adequada... Nada visa ao futuro do sujeito, só ao presente, mas apenas de acordo com os pensamentos maternos.

Sem poder se questionar a respeito das funções de seu corpo, pois a resposta revelaria o caráter integrador dessas funções num projeto de crescimento, a criança responde ao superinvestimento por parte da mãe das funções parciais corporais com um

bom funcionamento do corpo, investindo-o como uma máquina multifuncional, sem investir qualquer projeto de futuro, de desenvolvimento. *“Corpo em pedaço, antes de ser um corpo fragmentado, onde cada pedaço pode ser fonte de prazer, se ele aceita não se perguntar para que serve sua ação, pois a resposta só poderia ser um projeto integrador, transcendendo a finalidade e investindo a espera”* (AULAGNIER, 1979:195).

Desse corpo fragmentado e da relação do funcionamento das partes desse com aquilo que a mãe espera nasce a atividade de pensar com a finalidade de tornar essa relação inteligível à instância pensante. A possibilidade de pensar no pré-esquizofrênico deve-se ao pensamento delirante primário, responsável por afirmar um compromisso entre as imposições do discurso materno e os pensamentos do eu sobre o eu. Aí está o único objetivo desse ser: dar um sentido ao discurso parental, no qual ele não se reconhece, para sobreviver; ele não busca um ideal por não haver tido a chance de se identificar com um ideal, já que foi imposto a ele reproduzir um eu narcísico já inexistente, foi imposto a ele ficar numa posição de eu ideal, onde não há falta e, como conseqüência, não há projeto. Sem projeto, o pensar torna-se pensamentos soltos, definidos mais tarde pelo esquizofrênico como eco, compulsão ou comentários de um terceiro, ao descrever o que se passa em sua mente.

Aulagnier não nega o papel necessário da violência exercida pelo discurso à estrutura do eu: ela substitui o afeto por um sentimento dizível e conhecido pelo eu, dando nome àquilo que o eu ainda não é capaz de nomear. No entanto, essa substituição só funcionará como estruturante se, de acordo com a autora:

(...) o Eu encontra, na nominação do vivenciado, o que representa a ele sob a forma de um enunciado identificatório, fonte de prazer. A primeira condição para que este prazer apareça será a de que este enunciado seja, efetivamente, o que permitirá ao Eu de se perceber como existente autônomo, como ação, desejo, projeto. É necessário, portanto, que o enunciado possa ser recusado em benefício de um outro, que ele possa ser colocado em dúvida; o que só retorna sob a forma repetida de um obrigatório não poderá oferecer ao Eu este atributo fundamental, representado pela possibilidade da escolha (AULAGNIER, 1979:198).

Essa escolha é parcial, visto a predeterminação da gama de enunciados pela linguagem fundamental e pela lei. Não obstante, o eu deve poder substituir um enunciado por outro, dar preferência a alguns, resistir a outros... Tarefa impossível para o pré-psicótico, a quem é imposto um único e rígido enunciado, impossibilitando um mínimo de autonomia do eu, comprovado por sua incapacidade de pensar secretamente, pois, se o

fizesse, descobriria que o poder dos pais de adivinhar seus pensamentos (de fato atribuído a eles, mas apenas no início da vida do *infans*) é ilusório - descoberta fundamental para a estruturação de uma psique autônoma, tudo o que os pais do pré-psicótico temem encontrar em seu filho.

Apesar de violenta, apropriar-se do pensar da criança define-se pela única forma de lidar com ela encontrada por uma mulher que ainda não conseguiu superar sua saída do pré-edípico, quando era um eu ideal para sua mãe. Pode ser que a criança consiga afastar-se do enunciado imposto pela mãe, buscando substitutos para ele, de modo a não sucumbir à potencialidade psicótica, revelando, assim, as condições necessárias como insuficientes. Caso contrário, para sobreviver, ela precisará criar o pensamento delirante primário, caracterizando-se por um psicótico em potencial e, dependendo das circunstâncias, um esquizofrênico ou paranóico.

Apesar de tanto a esquizofrenia quanto a paranóia desenvolverem-se devido a um não desejo em relação ao *infans*, que leva à elaboração do *pensamento delirante primário*, o espaço em que elas se constituem é um pouco diferente.

Aulagnier (1990) realizou um estudo com casais, pais de paranóicos, por meio do qual pôde constatar a presença do ódio como determinante da relação da grande maioria deles. Esse ódio situado no registro do manifesto, expresso, sem censura alguma, no discurso deles e atribuído por essa autora a dificuldades ocorridas nas primeiras relações desses pais com seus próprios pais. Provavelmente, para esses sujeitos, constituiu-se uma tarefa árdua e repleta de obstáculos operar e preservar as pulsões necessárias para a manutenção de uma organização compatível com seus investimentos narcísicos e objetivos. Entretanto, tais sujeitos puderam recorrer a um compromisso identificatório e a defesas que não as psicóticas, caracterizando-se por sujeitos adaptados ao meio. A organização psíquica desses indivíduos, porém, não dá conta do setor relacional referente ao cônjuge após o nascimento do filho deles por colocar em risco a estruturação, feita por eles, de suas respectivas questões relacionadas ao complexo de Édipo, como constatou Aulagnier no estudo aqui referido, conforme se pode constatar:

O fato de se tornar pai ou mãe reativou neles um desejo de morte referente a um pai, uma mãe: nos dois casos não se trata da metabolização de um desejo edípico, mas ao contrário, da má colocação da montagem edípica que até então tinha mantido seu papel protetor e moderador, e de um retorno à cena de personagens de um drama representado muito antes. Uma primeira mãe, um primeiro pai usurpam, se posso dizer assim, as réplicas do drama

edípico: as reprovações que esses sujeitos se dirigem mutuamente podem aparentemente só dizer respeito ao pouco amor que se lhe dá (...) ao ciúme, a um projeto de separação... mas o conteúdo literal das réplicas é recodificado pela intensidade de afetos de ódio presentes, reconhecido e na maioria das vezes expresso (AULAGNIER, 1990:127).

A autora defende essa hipótese baseada numa suposta 'potência procriadora' que os pais devem, de alguma forma, passar para seus filhos de modo a instalar neles um desejo de, futuramente, engendrar uma nova vida, um bebê. Os pais do psicótico não tiveram por parte de seus pais um investimento libidinal necessário que os permitisse desejar ter um filho; não há aí a prevalência de um desejo de vida, mas sim de um desejo de morte, vivenciado, principalmente pela mãe, como um *desejo de maternidade* (que será comentado adiante) e gerador de muito ódio entre o casal. O desejo de morte não é vivenciado de modo literal porque *"O sujeito não pode reconhecer, sem risco maior para seu funcionamento psíquico, que esse desejo mortífero primeiramente disse respeito à sua mãe, a seu pai ou ao casal parental e mais precisamente em seu papel de representantes da realidade."* (AULAGNIER, 1990:127).

Na impossibilidade de reconhecer que se tornar pai ou mãe coloca-o na posição de 'assassinos' em potência em relação ao *infans*, que ele próprio foi para seus pais e que reavivou nele um desejo de morte adormecido, o sujeito toma o parceiro como objeto desse desejo mortífero, ele passa a desejar assassinar o parceiro e não o *infans*. Logo, observa-se nesses casais *"(...) uma relação na qual o ódio tem um papel tão complexo quanto essencial."* (AULAGNIER, 1990:128) Ódio que pode ocupar de maneira exclusiva o primeiro plano da relação a dois, expressando-se no olhar, no discurso... Ou que pode aparecer camuflado por um conflito expresso-racionalizado: quanto mais a criança apresentar problemas, mostrando-se a origem de uma ferida narcísica, com maior facilidade o ódio ocupará o primeiro plano da relação do casal parental, pois *"A patologia da criança lhes permite justificar seu conflito e não colocar demais em perigo o sistema defensivo que com sacrifício construíram, peça por peça, ao longo de sua infância."* (AULAGNIER, 1990:128). Nesse sentido, a criança revela uma patologia existente apesar de si por não haver nenhum desejo dirigido a ela. O único existente, o desejo de morte, foi deslocado ao cônjuge, restando a ela apenas um investimento mecânico, sem envolvimento emocional por parte dos pais, o que a leva a recorrer à invenção do *pensamento delirante primário* a fim de dar sentido a sua própria existência.

O casal pode recobrir essa situação de algumas formas, constatadas por Aulagnier em seu estudo:

- a) Casal no qual o ódio não faz parte do comportamento e discurso manifestos, causando no analista uma impressão de fingimento. Não aparentam ódio, mas um acentuado distanciamento afetivo, como se ser pai e mãe os tornasse perplexos diante da criança, encarada por eles como uma espécie de acidente pelo qual não esperavam. Apesar de se ocuparem com a criança e de se interessarem em ajudá-la, não se sentem implicados em sua patologia, aliás, tudo se passa como se não se implicassem com nada: não sabem porque se casaram ou porque tiveram filho, possuem interesses diferentes e separados um do outro. O ódio aqui só aparece se o *status quo* preservado na relação dos pais com a criança for problematizado pelo terapeuta como causa da patologia da criança.
- b) Casal em que o ódio é atuado pela mãe devido à ausência do pai, muitas vezes atribuída por aquela à criança. Essa situação pode levar a se pensar numa tentativa da mãe de destituir o pai de sua função, porém, tal destituição não poderia acontecer sem o consentimento psíquico dele, que, muito possivelmente, aceita o papel designado pela mãe para fugir de exercer a função paterna, a qual ele não se sente capaz de assumir.
- c) Casal que vê a vinda da criança como destruidora de uma complementaridade antes compartilhada entre os dois. Reprovam-se o tempo todo, atribuindo um ao outro a imposição de um filho que não queriam.
- d) Casal fundamentado no ódio; aqui o ódio serve de “cimento” para a relação, como diz Aulagnier. Apesar de nesses casais a possibilidade de separação caracterizar-se por um tema freqüente, na maioria das vezes, permanecem juntos até a morte, em geral um fator descompensador para o cônjuge que fica vivo. O filho desse casal cresce num ambiente repleto de ódio, manifesto incessantemente nos olhares, no discurso, nas atitudes dos pais um em relação ao outro.

A intensidade e a freqüência das cenas que explodem entre os pais provocam na criança pequena um estado de emoção, de excitação, que transborda em muito as capacidades de seu pára-excitação que não só não encontra no exterior essa prótese, necessária para a proteção do aparelho psíquico nesta primeira fase da vida, mas que ao contrário está submetido a um bombardeio de excitações! (AULAGNIER, 1990:131)

A intensidade emocional presente nessas cenas invade o *infans* com um poder explosivo, capaz de dilacerar um ambiente psíquico.

Ainda refletindo sobre como a família influencia na origem da paranóia, Di Loreto pensa de forma similar à de Aulagnier, colocando que mais psicotizante que o vínculo entre mãe e filho é o vínculo entre pai e mãe. O autor afirma que:

(...) a relação pai-mãe é vínculo complexo, que comporta vários papéis que são jogados todos na mesma unidade social. Há o papel inicial, fundador, dado pela relação homem-mulher. Sobre este, junta-se o de marido-esposa que, mais tarde, será acrescido dos papéis de pai-mãe. O acoplamento de vários papéis, que são jogados na mesma unidade social (família), permite a transposição de conflitos de um papel para outro (DI LORETO, 2004:170)

Desse modo, a relação dos pais enquanto casal antecipa seus papéis de pai e mãe e a qualidade dessa relação será transposta à maneira como se relacionarão na condição de pais.

A qualidade da relação entre os pais faz-se fundamental na vida dos filhos, que constroem ou destroem suas mentes a partir do material recebido do movimento que ocorre na relação mãe-pai, de acordo com esse mesmo autor. Assim, as ações que se dão no vínculo distante (pai-mãe), atingindo indiretamente a criança, são tão ou mais patogênicas que as ações diretas sobre ela.

Di Loreto comprova a importante influência psicológica indireta exercida pelos pais com o mecanismo das *Vias Reflexas* presente em todas as relações familiares: *“Além das Relações Diretas, ou seja, das relações bipessoais entre sujeitos e objetos, estão presentes as imagens de cada um, refletidas pelos outros, as Vias Reflexas.”* (DI LORETO, 2004:178). Para que haja Vias Reflexas, basta uma rede de relação triangular, como são as relações familiares.

Por meio desse mecanismo, os pais transmitem ao filho - pela fala, por gestos, atitudes ou pelo próprio modo de se relacionarem - a imagem internalizada que um tem do outro, na maioria das vezes, não correspondente à realidade. Não que inventem mentiras deslavadas sobre o outro, mas geralmente exacerbam pontos negativos um do outro, impossibilitando a defesa deste, ainda de acordo com Di Loreto.

O autor afirma que a intensidade da devastação por *Vias Reflexas* é regulada pela qualidade da relação afetiva entre o devastador e a pessoa que recebe e pode ser uni ou bilateral. Unilateral se só um dos pais se propuser a denegrir a imagem do outro e bilateral se ambos desvalorizarem a imagem um do outro para o filho.

Em sua prática clínica, Di Loreto constatou que o ódio de um cônjuge pelo outro pode ser maior que o amor aos filhos, o que os leva muitas vezes a darem respostas para os filhos, mas que de fato são destinadas um ao outro, desconsiderando, assim, o filho em sua individualidade, o que gera um efeito de despersonalização. “(...) *a despersonalização, pode ser patogênese da pesada, pois ser confirmado é a primeira condição para se construir identidades.*” (DI LORETO, 2004:183). Ao se destruírem mutuamente, os pais não confirmam o filho e sim o horror que conferem um ao outro.

Constata-se, com base no que foi dito, que os dois autores partem dos mesmos pressupostos: a necessidade de se saber do outro o significado da própria existência para se constituir sujeito e a indissociabilidade entre a relação do casal e a relação deste com o filho.

IV - Caso Clínico

Como ilustração do que foi visto até aqui, relatar-se-á um caso clínico, atendido por mim num estágio extracurricular na DERDIC (Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação). Serão utilizados nomes fictícios a fim de preservar as identidades do paciente e de seus familiares.

Lucas, um menino de dois anos e seis meses, levado à DERDIC pela mãe, foi encaminhado pelo setor de fonoaudiologia ao setor de psicologia por não falar, embora não seja surdo, e nem manter contato visual com ninguém, exceto com a mãe e a avó materna. Foram realizadas em torno de seis entrevistas com a mãe, Renata, por meio das quais, constataram-se as condições necessárias propostas por Aulagnier para o desenvolvimento de uma psicose e as características da família do paciente psicótico apontadas por Eiguer.

Na primeira entrevista, Renata contou que era casada e tinha dois filhos (um menino e uma menina) quando engravidou de Lucas. Segundo ela, a gravidez ocorreu em meio a uma crise conjugal e não foi desejada pelo marido. Durante a gestação, ela começou a perceber que seu marido estava tendo um caso extraconjugal, o que a fazia sofrer muito. Quando ela estava no sétimo mês de gestação, ele lhe falou que estava envolvido com outra mulher, com quem queria viver, terminando, então, a relação com Renata.

Um dia após o término, Renata pegou suas coisas, seus filhos, saiu da casa do marido e foi morar na casa da mãe, onde mora até hoje. Contou que sofria tanto, que às vezes até esquecia que estava grávida: *“Quando eu comecei a ter contração, achei que tava com dor de barriga”* (sic). No entanto, de acordo com ela, seu sofrimento durou apenas até o segundo mês de vida de Lucas, quando ela decidiu não sofrer mais.

A partir daí, pode-se pensar a dificuldade dessa mãe em olhar para Lucas enquanto um filho, um ser novo pelo fato de ele remetê-la a um sofrimento intenso: ter sido trocada por outra mulher. Para não se deparar com a singularidade do filho e com o sofrimento ao qual ele a remete, ela demonstra-se extremamente preocupada com ele, querendo saciar todas as suas necessidades corporais. Conta que quando ele começa a chorar, ela faz de tudo: dá comida, vê se a fralda está suja (ele ainda usa fralda), dá banho, dá água, sem deixar que ele lhe indique o que quer ou que pelo menos tente fazê-lo. Conforme Renata, ela fica muito triste e sente-se impotente quando não consegue adivinhar a necessidade de Lucas; seus olhos enchem-se de lágrimas quando ela conta esse fato. Como ensinou Aulagnier, a mãe do paciente psicótico antecipa-se às necessidades do filho e superinveste

o corpo dele como um conjunto de funções: corpo que dorme, que come, que defeca para não se deparar com a alteridade do filho.

Após três entrevistas com a mãe, solicitou-se que ela levasse Lucas, um menino lindo, limpíssimo e muito bem vestido. Ambos entraram juntos na sala, onde se ofereceram alguns brinquedos para o garoto brincar e se deu liberdade para ele escolher se queria ou não brincar e com qual brinquedo. No começo, ele olhou bem a sala, deu várias voltas nela, mexeu nas mesas e cadeiras, demonstrando gostar do barulho que elas faziam ao serem arrastadas, até se interessar por um pandeiro, ou melhor, pelas pecinhas metálicas, responsáveis pelo barulho do instrumento. Ele quebrou o pandeiro para brincar com as pecinhas, as quais punha na boca. Esse e os outros comportamentos de Lucas constrangiam a mãe, que tentava justificar tudo o que ele fazia e o repreendia o tempo todo, fato indicador de sua grande dificuldade em ver seu filho numa situação em que ele podia escolher, atestando ser um outro separado dela.

Nessa primeira sessão com o garoto, ele não olhou para a terapeuta, mas na segunda já começou a percebê-la e nas sessões seguintes já brincava com ela, o que parecia incomodar muito a mãe: *“Nossa, quando eu contei pras minhas irmãs que ele brinca com você, elas ficaram inconformadas!”* (sic). Numa dada sessão, espontaneamente, o paciente pulou no colo da terapeuta e abraçou-lhe; diante do ocorrido, a mãe disse: *“Não acredito! É raro ele fazer isso até comigo!”* (sic). Depois dessa sessão, em que Renata possivelmente reviveu a dor de ser trocada por outra mulher, a terapeuta, sentindo-se ameaçada por essa, ela desapareceu e não levou mais o filho à terapia.

Após um mês, ela resolveu voltar, mas como faltava uma semana para o recesso de julho da clínica, considerou-se razoável não atender Lucas nessa semana a fim de lhe poupar de mais uma separação, dessa vez mais curta (duas semanas), porém separação. Combinaram-se três sessões com a mãe, às quais ela chegou atrasada – o seu menor atraso foi de vinte minutos. Mesmo com os atrasos, no entanto, pôde-se obter dados importantes da história de Renata, que mostram como a compreensão da história de três gerações faz-se essencial para se compreender a psicotização de um membro da família, como afirma Aulagnier, além de indicarem fatores muito provavelmente envolvidos na gênese da doença de Lucas.

Renata, caçula de cinco irmãos, conta que sempre se deu muito bem com sua mãe, mas que quando se casou (com quatorze anos), Irene, sua mãe, rompeu com ela. A respeito de seu pai, ela disse que quase não teve contato com ele porque esse se separou

de sua mãe quando ela tinha apenas três anos e só voltou para vê-la depois de adulta, levando-lhe de presente uma boneca, como se ela ainda fosse a mesma criança a quem ele deixou, o que sugere uma negação da passagem do tempo nessa família. O motivo da separação foi forte, conforme a paciente: seu pai, Manuel, abusou sexualmente de sua própria filha de dez anos, irmã de Renata, fato nunca mais conversado pela família; a paciente só soube sobre o abuso quando tinha doze anos por meio de seu padrasto, quem ela realmente acreditava ser seu pai – nunca ninguém havia lhe contado que ela tinha um pai que se separou de sua mãe.

A partir daí, pode-se observar nessa família uma não aceitação das diferenças já desde os avós de Lucas: Irene rompeu com Renata quando ela se casou; de acordo com Eiquer, nas famílias de psicóticos qualquer novidade ou mudança é rechaçada, os filhos não podem existir fora do âmbito do desejo parental. Irene preferiu ‘matar’ a filha, cortando as relações com ela a admitir que ela estava vivendo em outro lugar, com outra pessoa e desempenhando outra função que não a de filha, revelando um *habitat* interior frágil e um medo enorme de um possível desmembramento familiar. Além disso, Manuel não respeitou a diferença de gerações e nem se submeteu à lei do incesto, negando a própria castração, ao abusar sexualmente de sua filha. Verifica-se, ainda, nessa família, uma negação dos conflitos, para fugir da pesada carga fantasmática, geradora de muita dor. Ninguém pôde mais falar sobre o abuso sofrido pela irmã de Renata, sem proporcionar a essa um acolhimento, porque a própria família não consegue encarar os fantasmas por trás desse abuso. Não se pôde nem mesmo contar à Renata que ela teve um pai, que foi embora quando ela tinha três anos. Fatos importantes da vida da família são apagados, sem serem sequer conversados, em favor de não olhar para o sofrimento, para os fantasmas de devoração e aniquilamento e para a castração, como visto com Eiquer.

A paciente vê sua mãe como uma mulher fria e distante afetivamente, principalmente no que se refere ao abuso sofrido pela filha, sobre o qual Renata acredita que a irmã precisa conversar e não fingir que nada aconteceu. No entanto, diz que apenas há uns dois anos pôde compreender a frieza da mãe mediante uma conversa com uma tia materna, Judite, mais velha que sua mãe.

Essa tia contou à Renata a história de seus pais (de Renata), que vieram do Maranhão. Manuel e Judite eram casados; Irene queria estudar, mas morava muito longe da escola, então, foi morar com o casal porque eles moravam perto. Manuel começou a abusar sexualmente de Irene e, diante desse fato, Judite foi embora de casa, deixando lá a irmã com seu marido (de Judite). De acordo com a paciente, como a mãe já havia sido

desonrada, ela ficou com Manuel, eles adotaram um bebê abandonado e se mudaram para São Paulo, onde tiveram mais quatro filhos: um menino e três meninas.

Hoje, a mãe namora e todos os irmãos de Renata são casados, mas ainda moram com a mãe: vivem em casas separadas, mas todas no mesmo terreno, fato sugestivo da presença do mecanismo uniformização nessa família, um obstáculo para o desenvolvimento, segundo Eiguer.

A história da família de Lucas fundamenta-se numa relação incestuosa: a de Manuel com Irene, que, embora não sejam parentes de sangue, eram cunhados, ele era marido da irmã da moça, o que proíbe uma relação amorosa entre os dois. Esse incesto deslocado indica além de uma dificuldade de diferenciação entre os membros da família, um vínculo narcísico entre o casal parental, que não se submeteu à lei das leis - a interdição ao incesto - permanecendo ambos numa posição narcísica, em que não há leis, em que se pode tudo, inclusive possuir (no sentido sexual do termo) o pai e a filha, figuras deslocadas para cunhado e cunhada. Essa situação pode ser melhor observada quando o incesto passa de deslocado a direto com o abuso sexual de Manuel para com a própria filha, irmã de Renata.

Frente ao abuso sofrido por sua filha, Irene, ao contrário de sua irmã Judite, não foi embora, deixando sua filha nas mãos de um abusador, mas, mandou-o embora e ficou com seus filhos, aparentemente em troca de eles nunca a abandonarem também, tanto que hoje todos moram no mesmo terreno que a mãe, sem muros entre as casas. Esse acordo de não a abandonarem parece ter sido feito com Renata já nos primórdios de sua vida. O fato de a paciente ter ido morar com um homem com apenas quatorze anos, a mesma idade com que sua mãe 'se casou' com seu pai, mostra uma repetição da história da mãe, indicando uma relação em espelho entre as duas, típica da fase pré-edípica. Em outras palavras, Renata encontra-se aprisionada com sua mãe num espelhamento pré-edípico com sua mãe.

Quando Renata, grávida, se vê mais uma vez trocada por outra mulher e abandonada pelo marido, assim como foi pelo pai, que a trocou não só pela mãe, mas também pela irmã, abandonando-a em seguida, ela volta para sua mãe e talvez como forma de compensá-la por sua 'traição' (ter saído de casa para morar com um homem), entregou-lhe seu filho, Lucas, de presente. Esse filho não pode ser olhado enquanto um ser novo, produto de sua relação com um homem porque lhe remete a abandono, rejeição e troca por parte de mais um homem e, por esse motivo, não pode ter um pai. Na experiência de Renata, pais e maridos abandonam, porém mães não abandonam. Dessa

forma, Lucas, um filho para a mãe de Renata, sua forma de voltar a ser indiferenciada da mãe e de retornar à posição de eu ideal que era para a mãe antes de se casar, lá nos primórdios de sua vida, será criado só pela própria mãe (Renata) e pela avó, mães que não abandonam, mas que também não dão espaço para esse menino poder falar, crescer e constituir uma identidade própria.

Conforme Aulagnier, até que a criança não fale, faz-se mais fácil para a mãe preservar a ilusão de que seu filho é uma retomada do seu próprio ego. A fala do filho pode provar à mãe o fracasso de sua tentativa de retorno ao eu ideal vienciado por ela no passado. Logo, num conluio inconsciente, Renata e sua mãe impedem Lucas de ascender à linguagem por meio de suas atitudes em relação a ele, como antecipar-se às suas necessidades, por exemplo. Para que ele se daria o trabalho de falar, se já fazem tudo para ele antes mesmo de saber o que quer? Para tanto, Renata teria de admitir que Lucas é fruto de uma relação entre ela e um homem, e que, portanto, tem um pai, reconhecendo a condição de outro do garoto e não um retorno a si mesma na relação arcaica com sua mãe.

Pensando nos ensinamentos de Aulagnier, em relação a Lucas, Renata teve um desejo de maternidade e não um desejo por um filho. O pai do garoto tampouco o desejou, havendo declarado isso a Renata quando ela engravidou e nem tentou ter contato com o filho depois de nascido, apesar de buscar os dois outros filhos do casal todos os sábados para passarem os finais de semana com ele. Sem nenhum desejo endereçado a si, Lucas não foi narcisizado o suficiente enquanto um ser único e novo para poder falar e constituir a própria identidade.

Lucas continua em atendimento e sua mãe ainda fica com ele em sessão. Depois de quase dois meses sem trabalho, devido às faltas, à volta, em que compareceu apenas a mãe e o recesso da clínica, ele voltou sem fazer contato com a terapeuta na primeira sessão, mas na segunda já brincou com ela e divertiu-se muito nessa e nas próximas sessões. Ele estava mais magro – no começo ele estava um pouco acima do peso desejado para sua idade porque Renata e Irene davam-lhe mamadeira sempre que ele esboçasse uma expressão de choro – e mais alegre, mais livre. Tirava o sapato em sessão, ria muito, queria mexer nas coisas da terapeuta. Renata contou que em casa ele também estava muito bagunceiro, querendo sair para a rua o tempo todo e fazendo bagunça com as panelas da cozinha.

Após ter aberto sua história para a terapeuta e feito algumas associações dessa com o fato de Lucas não falar, Renata pareceu começar a abrir um espaço para um terceiro

em sua vida e na vida do filho. Passou a levá-lo a todas as sessões, pontualmente, o que não ocorria antes (eles sempre faltavam ou chegavam atrasados), contou que foi conversar com a ex-sogra para saber com que idade o pai de Lucas começou a falar, levou em consideração a fala de seu atual namorado que lhe disse que Lucas não fala porque não precisa, já que ela não dá nem tempo para ele pedir o que quer. Pontuou-se para a paciente que agora ela estava podendo deixar outras pessoas entrarem na vida dela e na de Lucas: a terapeuta, o pai dele e o namorado dela.

Ela passou, ainda, a reclamar muito de sua mãe, dizendo que sabe que Lucas é seu filho (de Renata) e não da mãe e que não entende o motivo de dar tanto poder a ela na educação do filho. Relatou não agüentar mais a mãe dizendo que ele não fala porque é surdo e nunca vai falar e que o tratamento na DERDIC não vai resolver nada. Sobre o fato de Lucas estar mais bagunceiro, como qualquer outra criança saudável, conta que a mãe disse a ele: *“Ai, Lucas... Eu preferia quando você era quietinho!”* (sic).

Começamos a conversar sobre a relação de Renata com sua mãe numa sessão e na sessão seguinte eles faltaram, na outra eles compareceram e ela disse haver faltado devido a uma dor na coluna, ocasionada por levar Lucas no colo para a DERDIC. Essa dor revela o quanto o tratamento estava doloroso para ela. Nessa sessão, uma semana depois da nossa última sessão, Lucas veio mais gordo e mais quieto e foi ficando cada vez mais difícil fazer contato com ele, brincar com ele, ele parou até de tirar o sapato. Renata também estava mais quieta e não trouxe mais nenhuma questão para ser conversada. Depois de duas ou três sessões nesse marasmo, Lucas engatou num jogo de presença e ausência com a terapeuta, com o qual ele se divertiu muito. No jogo, a terapeuta saía da sala e ele ficava do lado de dentro esperando por ela; essa abria a porta, colocava a cabeça para dentro da sala e dizia: *“Achou!!!”* e ele caía na gargalhada. Ele passou, então, a empurrar a terapeuta para fora da sala para que a brincadeira se repetisse. Brincou-se assim por quinze minutos, durante os quais Lucas demonstrou-se eufórico.

O fato de o garoto engatar apenas num jogo de presença e ausência, mostrando-se muito feliz com isso, sugere um desejo dele de poder ter um espaço só seu no qual ele possa desenvolver-se, um desejo de poder ficar um pouco longe do outro e depois encontrá-lo, sem estar o tempo todo contaminado por esse outro. Depois dessa sessão, Renata sumiu novamente e ainda não voltou, atestando a força de seu vínculo pré-edípico com a mãe, que a impossibilita de ver Lucas como um ser separado dela e não a repetição de quem ela foi para a mãe.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetiva-se aqui obter uma compreensão mais ampla e conjugada sobre a questão central do trabalho: a família como um dos fatores envolvidos na gênese da psicose. Para tanto, serão retomadas as principais idéias discutidas em cada capítulo de forma resumida.

A partir da constatação da complexidade do tema psicose pela retomada de diversas conceituações feitas por diferentes autores, o presente trabalho começou questionando sobre como se origina a psicose. Com base na afirmação de Lopes de que essa constitui-se tanto por fatores genéticos, quanto por fatores ambientais, decidiu-se aqui investigar os fatores ambientais, focando-se no ambiente familiar. O estudo pretende, então, responder como a dinâmica familiar pode aparecer como um dos fatores envolvidos na gênese da psicose por meio de um estudo de caso.

Pode-se constatar no presente trabalho a importância de se entender o que é psicose e o papel do narcisismo nesse fenômeno para se pensar em como a família pode ser um dos fatores envolvidos na gênese de tal fenômeno. Narcisismo, psicose e família são temas que possuem uma relação intrínseca, o que se pode notar desde a organização do trabalho. Assim, conclui-se neste estudo que a compreensão dessa interrelação esclarece em grande parte a questão que se pretende responder.

A partir da concepção de Freud sobre o narcisismo como um estágio do desenvolvimento humano, pode-se ter uma melhor compreensão acerca da psicose, pelo fato de estar ligada a uma falha na constituição egóica. A idéia do autor de que na psicose há uma retirada da libido do mundo externo e uma reversão dessa ao mundo interno (narcisismo secundário) associada à constatação da psicose como oriunda de uma frustração intolerável ao ego por parte da realidade, remete ao que ele diz em 1914: o ego passa a vida almejando retornar à posição vivenciada no narcisismo primário, afirmação, que, por sua vez, remete à proposição de Aulagnier de que a psicose decorre de um desejo da mãe de retorno à relação primordial com sua mãe.

Como visto, a saída do narcisismo primário, para Freud, opera-se via 'complexo de castração', mas Eiguer aponta uma negação da castração nas famílias de pacientes psicóticos, representada pela negação das diferenças, da passagem do tempo e pela uniformização presente nessas famílias. Esses mecanismos têm como função proteger essa família de se deparar com a própria condição falha, castrada e dos fantasmas de aniquilação e desmembramento gerados por esses próprios mecanismos: o fato de os

filhos não serem prolongamentos narcísicos dos pais os assusta demasiadamente, levando-os a crer que a família pode se desmantelar devido à alteridade entre os membros.

Num ambiente sem espaço para a castração, sair da posição de eu ideal do narcisismo primário torna-se uma tarefa quase impossível (quase porque, como afirma Aulagnier, a presença das condições necessárias numa família para a eclosão da psicose não significa que essas condições sejam suficientes para tanto). Se no ambiente familiar a castração é negada, no ambiente psíquico dos pais ela também é. Eiguer aponta para a escolha objetal feita pelo casal parental como uma escolha narcísica, uma escolha em busca do que se é, do que se foi e do que se gostaria de ser com quem foi parte de si mesmo. Percebe-se que esses pais não se encontram para elaborar o complexo de Édipo: não se contentam em não ter a mãe ou o pai, mas ter alguém parecido com ela ou ele, que pode proporcionar-lhe não aquela relação amorosa vivenciada com os pais, mas uma relação intensa. Dessa forma, eles demonstrariam ter aceitado que nunca terão a mãe ou pai, submetendo-se à lei do incesto; porém não é assim que ocorre, pois os pais do paciente psicótico buscam de fato no parceiro o pai ou a mãe, como forma de provar que podem sim tê-los e que não foram castrados.

Conforme Eiguer, essa escolha estrutura o inconsciente familiar e, para Aulagnier, prepara o ambiente psíquico em que o *infans* nascerá, onde ele não poderá ser um outro porque sua própria alteridade mostra a seus pais o limite psíquico e concreto deles mesmos; a alteridade do filho prova aos pais que existem outras pessoas no mundo além deles, o que os remete à triangulação edípica não aceita por eles até hoje.

A mãe, então, sem desejo por um filho, mas com o desejo de maternidade, proposto por Aulagnier, tem o bebê em busca da relação primordial com sua própria mãe, numa tentativa de provar a si mesma a intactibilidade de tal relação. O pai, que também escolheu a mulher de maneira narcísica, mostra-se conivente com a atitude materna de tomar o bebê não como um outro, porém como uma repetição dela mesma.

Essa mãe, ao lidar com alguém não mais existente (ela mesma quando bebê), não pode identificar-se com as angústias do bebê, nomeando-as. Não pode exercer a capacidade de *rèverie* (conceito de Bion comentado por Eiguer), entregando-se aos seus devaneios e fantasias conscientes porque, como aponta Aulagnier, só consegue conceber aquele bebê como um corpo concreto, com necessidades corporais vitais: comer, dormir, defecar, urinar. Se ela enxergá-lo como algo muito mais complexo e superior a um conjunto

de funções vitais, ou seja, um sujeito separado dela, ela se depara com o fracasso do seu utópico desejo de retorno aos seus tempos de majestade.

Logo, com o apoio do pai da criança, reina nessa família o 'pensamento operatório' sem vínculo notável com uma atividade fantasmática, não atribuindo sentido às ações, mas, sim, duplicando-as. Como consequência, toda a convivência familiar fica como uma tarefa a se executar, assim como o bebê não passa de um corpo a se cuidar, num presente imediato desconectado das dimensões de passado e futuro, já que tais dimensões temporais denotam perda, algo que não mais se tem e algo que ainda não tem e que talvez nunca se terá. Justamente dessa noção foge a família do psicótico, crendo-se perfeita num 'agora' estático. Se ela almejar progredir e buscar um ideal fora dela (ideal de ego familiar), ela se vê imperfeita; se olhar para trás e vir relações, pessoas, capacidades não remanescendo, ela se dará conta de suas perdas. Essa família prefere, então, aprisionar-se num ego ideal narcisista familiar e num presente imóvel, negando a passagem do tempo. Na visão de Hornstein, a separação entre o eu ideal e o ideal de eu, operada pelo complexo de castração, introduz a dimensão temporal de acordo com a seguinte lógica: o eu não é ideal agora, porém pode chegar a sê-lo no futuro porque já o foi no passado.

Em meio a essa indiferenciação toda – tanto entre membros quanto entre dimensões temporais – o coito parental só pode ser visto como incestuoso, pois na família do psicótico não há diferença entre gerações, entre sexos. Tal como afirma Eiguer, dessa dinâmica familiar deve-se nascer uma criança problemática para livrar os outros membros da pesada carga fantasmática e da ferida narcísica provocada pela castração.

Essa mesma criança, recebida num presente estático, numa tentativa da mãe de provar a si que continua o eu ideal do passado para sua mãe, nunca saberá do primeiro parágrafo de sua própria história, pois esse parágrafo constitui-se o veredicto de que essa criança não é um retorno ao passado, mas um projeto de futuro, uma vida que acaba de começar. Sem saber de sua origem, sua história carece de sentido, de modo que a criança sente-se obrigada a criar sua própria teoria sobre a origem para poder acessar o campo de significação, criando um sentido ao discurso do outro, pelo qual foi confrontado com um enunciado ou sentido ausentes. Ou seja, o bebê precisa inventar o *pensamento delirante primário* a fim de dotar sua vida de algum sentido.

O conceito de Aulagnier do *pensamento delirante primário* mostra como, de forma ativa, o ego do bebê se salva de uma negação a quem ele é, preenchendo uma lacuna no discurso do Outro, no lugar da qual deveria ter se constituído um sujeito. Se esse

pensamento invadir a psique, o indivíduo pode tornar-se psicótico, alguém que, conforme Bergeret, devido a uma falência da organização narcísica primária dos primeiros instantes da vida, não consegue sintetizar fatos da realidade e tem uma linguagem com uma dissociação entre representação e afeto, lidando com palavras como se fossem coisas.

Ao invadir a psique, o *pensamento delirante primário* pode tomar conta dela, funcionando como a única interpretação para a realidade, desembocando na esquizofrenia, uma estrutura presa na economia pré-genital com ênfase no auto-erotismo e na oralidade, gerando uma estranheza de sentimentos e um ego cheio de aspectos arcaicos de um universo tão fantasmático quanto regredido.

Se esse mesmo pensamento invadir a psique do *infans* num ambiente onde o desejo de morte em relação a ele foi deslocado ao cônjuge, pode ser que o ego do bebê consiga construir um sistema de significações adequado a tal pensamento, permitindo-o alcançar um estágio um pouco menos regredido do desenvolvimento libidinal, porém ainda profundamente narcisista: substágio anal. Fixada aí, a estrutura psicótica terá uma organização paranóica, apresentando como seus principais mecanismos de defesa a projeção e um duplo retorno da pulsão do eu à pulsão do objeto. Crendo-se onipotente, onisciente e acima da lei, o paranóico não admite imprevistos, prova de que algo escapa ao seu controle, e só tolera o objeto como um instrumento à sua disposição.

Aulagnier discute a possibilidade de esse pensamento ficar enquistado e não reprimido na psique, permitindo ao sujeito funcionar segundo uma frágil e aparente normalidade, definindo-se por um psicótico em potencial. Para tanto, necessita-se de uma organização familiar capaz de suportar a contradição entre o *pensamento delirante primário* e o discurso vigente no meio. No entanto, aqui vale lembrar mais uma vez a seguinte afirmação da teórica: “*Na distância que separa o necessário do suficiente, encontra-se (...) o que escapa ao nosso saber*” (AULAGNIER,1979:175). Até onde o conhecimento sobre psicose chegou até hoje parece haver detectado-se as condições necessárias para instauração da psicose, mas não as suficientes. Para se aproximar dessas, muitas pesquisas sobre o tema ainda devem ser feitas.

Com base nessas considerações, pode-se pensar que quando a família constitui-se um fator na gênese da psicose, a própria escolha dos cônjuges foi marcada por uma não aceitação da castração, levando essa família a viver num presente desconectado de passado e de futuro e a não dar espaço para o desenvolvimento de novos sujeitos porque esses pais não toleram nada que lhe provem sua condição falha. Sem ser confirmado como

um outro, primeira condição para se construir identidades, como ensina Di Loreto, resta ao sujeito tornar-se um psicótico em potencial ou passar desse estado ao manifesto.

O caso de Lucas e Renata ilustra a teoria discutida no presente trabalho. Como visto anteriormente, os sintomas psicóticos de Lucas parecem estar profundamente relacionados a uma dinâmica familiar bastante complicada. Com base em Eiguer, pode-se notar nessa família a ausência de espaço para diferenças, ocorrendo uma uniformização entre os membros, como se pode observar no fato de Irene cortar relações com a filha quando ela sai de casa para morar com um homem e no fato de todos os filhos morarem com suas respectivas famílias no mesmo terreno que a mãe, sem muros entre as casas. Doravante, verifica-se nessa família uma não aceitação da castração e da lei representada no abuso sexual de Manuel tanto para com Irene, quanto para com sua própria filha. Além disso, a atitude de Manuel de voltar depois de anos para visitar Renata, trazendo-lhe de presente uma boneca, como se ela ainda fosse a mesma menina de três anos que ele deixou para trás, revela uma não aceitação da passagem do tempo característica das famílias de pacientes psicóticos.

Ao se pensar nas proposições de Aulagnier, pode-se entender o motivo de Lucas ter sido o membro 'escolhido' para manifestar sintomas psicóticos. Renata, aprisionada numa relação pré-edípica com sua mãe, ao ser trocada pelo marido por outra mulher e abandonada por ele, assim como o foi pelo pai, correu para sua mãe, que não a abandona, dado-lhe Lucas, como forma de voltar a ser o eu ideal que era para ela, redimindo-se de sua traição - ter saído de casa. Assim, Lucas, além de remeter Renata à dor da traição e do abandono, dificultando-a de poder olhar de fato para ele, é uma tentativa da mãe de voltar a um passado longínquo. Esse menino não tem desejo algum endereçado a si, não possui espaço para se subjetivar porque ele não significa para essa mãe nada além de sofrimento e desejo de retorno. Sem ser desejado e sem ser visto como um ser único e novo, Lucas não pode desenvolver-se enquanto sujeito autônomo.

O caminho percorrido no presente trabalho, que para entender psicose e o possível componente familiar na sua gênese, foi buscar o conceito de narcisismo e o papel desse na constituição do eu e na psicose, esclarece em grande parte a questão de partida e de fato explica a dinâmica de muitas famílias de psicóticos, como se pôde verificar a partir do caso de Lucas. Mas como explicar famílias com a mesma dinâmica e sem nenhum membro psicótico? Ou vice-versa: como explicar uma família que foge a esse padrão da família do psicótico com membros psicóticos? Apesar de Aulagnier afirmar que as condições necessárias inevitavelmente estarão presentes numa família de paciente psicótico (embora

não sejam condições suficientes), o mundo é muito vasto e o ser humano em demasia complexo para se afirmar com veemência que na família em que se eclode a psicose há as características aqui apontadas.

Embora as idéias e autores discutidos aqui não esgotem o tema, eles caracterizam-se por contribuições importantes a esse respeito e devem ser usados como ponto de partida no momento em que se depara com um paciente psicótico. Saber onde Freud acredita que falhou a constituição do eu na psicose e entender que essa constituição já vem falhando pelo menos duas gerações atrás - podendo gerar um ambiente familiar propício para esse paciente manifestar a psicose – permite um olhar mais ou menos estruturado, indicando uma direção para seu tratamento. Direção aqui não quer dizer impor o saber adquirido ao paciente, mas, a partir daí, estar aberto para descobrir a verdade e a dinâmica desse paciente e dessa família específicos.

Mesmo sem esgotar o tema, o que aqui também não era esperado, esta pesquisa na obra de autores tão experientes, renomados e importantes dentro da Psicanálise mostra-nos que, de fato, a família constitui-se um fator de peso na gênese da psicose e que compreender a dinâmica daquela ajuda sensivelmente a se desvendar como, por que e de onde vêm os mecanismos e sintomas psicóticos. Ao se partir do pressuposto de que o eu constitui-se via narcisização, castração e identificações, como visto com Freud, esse olhar para o psicótico como alguém que concorda levar sobre si o peso da carga fantasmática familiar para livrá-la dessa carga devido a questões constitucionais dos membros dessa família (Eiguer, 1985), contribui imensamente para o trabalho clínico tanto com um paciente psicótico como com a família desse paciente.

Sem dúvida, este tema requer novas pesquisas para ser melhor compreendido, não apenas devido à insuficiência do saber obtido até aqui, mas pela própria velocidade com que gira o mundo, gerando grandes transformações no modo de viver dos vários grupos sociais, os quais abrangem as famílias, o foco deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATESON, Gregory y otros. *Interacción Familiar*. Buenos Aires: Ediciones Buenos Aires, 1980;
- LORETO, Oswaldo di. *Origem e Modo de Construção das Moléstias da Mente: A psicopatogênese que pode estar contida nas dinâmicas familiares*. São paulo: Casa do Psicólogo, 2004;
- COSTA, Ilmo Izídio da. Mal-estar, subjetividade e psicose: reflexões a partir do sistema familiar. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v.1/ n.1/ p. 124 – 137/ set. 2001;
- LOPES, José Leme. A psiquiatria na época de Freud: evolução do conceito de psicose em psiquiatria. **Rev. Bras. Psiquiatr.** , São Paulo, v. 23, n. 1, 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462001000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Nov 2007. doi: 10.1590/S1516-44462001000100007
- EIGUER, Alberto. *Um divã para a família: Do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985;
- AULAGNIER, Piera. *A violência da interpretação – do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1979;
- AULAGNIER, Piera. *Um intérprete em busca de um sentido II*. São Paulo: Escuta, 1990;
- FREUD, Sigmund. O Ego e o Id (1923). In: *Edição Standard Brasileira*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976;
- FREUD, Sigmund. Neurose e Psicose (1924 [1923]). In: *Edição Standard Brasileira*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976;
- FREUD, Sigmund. A perda da realidade na neurose e na psicose (1924). In: *Edição Standard Brasileira*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976;
- FREUD, Sigmund (1915). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Edição Standard Brasileira*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976;
- FREUD, Sigmund (1927 [1926]). A questão da análise leiga. Pós-escrito. In: *Edição Standard Brasileira*, vol. XX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976;
- FREUD, Sigmund (1924 [1923]). Uma breve descrição da Psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976;
- HORNSTEIN, Luis. *Introdução à Psicanálise*. São Paulo: Editora Escuta, 1989;
- HALPERIN, Silvia. A constituição do eu. In: HORNSTEIN, Luis. (org.) *Introdução à Psicanálise*. São Paulo: Editora Escuta, 1989;

- MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu 'louco' e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971;
- BERGERET, Jean. *Personalidade normal e patológica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991;
- LAPLANCHE e PONTALIS. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001;
- POULICHET, Sylvie Le. O conceito de narcisismo. In: NASIO, Juan David. (org.) *Lições sobre os sete conceitos cruciais de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989;
- KLEIN, Melanie (1930). A psicoterapia das psicoses. In: *Amor, culpa e reparação*, vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996;
- DRUBSCKY, Camila Andrade; RUDGE, Ana Maria. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO Departamento de Psicologia. *Até que ponto o narcisismo pode ser datado? : uma reflexão à luz das contribuições de Piera Aulagnier*. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.